

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ÁREAS ACADÊMICAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DIVINA PAZ DA COSTA

Discursos gerados para a destituição da Presidenta Dilma: golpe ou *impeachment*?

Formosa/GO

2019

DIVINA PAZ DA COSTA

Discursos gerados para a destituição da Presidenta Dilma: golpe ou *impeachment*?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Áreas Acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Formosa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Henrique Leite de Souza

Formosa/GO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - Cip

C837d Costa, Divina Paz da

Discursos gerados para a destituição da Presidenta Dilma: golpe ou impeachment? / Divina Paz da Costa. -- 2019.

66 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Clóvis Henrique Leite de Souza.

TCC (Licenciatura em Ciências Sociais.) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Formosa, 2019.

1. Rousseff, Dilma, 1947- - Impedimentos. 2. Comunicação de massa - Aspectos políticos - Brasil 3. Brasil - Política e governo - 2011-2016. I. Souza, Clóvis Henrique Leite de II. Título.

CDD: 320.981

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS FORMOSA

DEPARTAMENTO DAS ÁREAS ACADÊMICAS

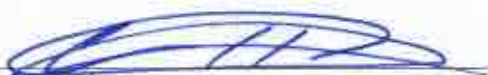
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SÓCIAIS

**DISCURSOS GERADOS PARA A DESTITUIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA:
GOLPE OU IMPEACHMENT?**

DIVINA PAZ DA COSTA

Aprovado em: 12/04/2019

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Clóvis Henrique Leite de Souza

IFG- Formosa (orientador)



Prof. Ms. Dayane Augusta Santos da Silva

IFB-Brasília



Prof. Dr. Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura

IFG- Formosa

Dedico este trabalho aos meus pais, Sabino Paz da Costa e Josiana Dias da Silva (*in memoriam*) a meu esposo Gilmar, minha irmã Zilma, minha comadre e amiga Berenice e meus filhos Josiane e Felipe, com admiração e gratidão por todo apoio, carinho e presença ao longo dessa trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter me possibilitado chegar até aqui, aos meus amigos e colegas do curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela amizade e incentivo, a todos meus professores que fizeram parte dessa história, em especial à professora Dayane Augusta, à qual tenho bastante carinho e admiração, ao meu professor e orientador, Clóvis Henrique Leite de Souza, pela disponibilidade, carinho e paciência que teve em me orientar nessa pesquisa e por toda dedicação como professor, o qual eu tenho como exemplo e inspiração para o exercício futuro dessa profissão.

“Por duas vezes, vi de perto a face da morte, quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que me faziam duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida e quando, uma doença grave extremamente dolorosa, poderia ter abreviado à minha existência. Hoje, eu só temo a morte da democracia.”

(ROUSSEFF, 2016 In: What Happened to Brazil..., 2019)

RESUMO

COSTA, Divina Paz da. **Discursos gerados para a destituição da Presidenta Dilma: golpe ou *impeachment*?** 2019. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Ciências Sociais – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Formosa, 2019.

O objetivo desta pesquisa é analisar os discursos da mídia sobre o golpe ou o *impeachment* e as diferenças de entendimentos sobre a destituição da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Para alcançar o objetivo proposto, foi feita uma pesquisa qualitativa documental analisando os editoriais das revistas Veja e Carta Capital entre Setembro de 2015 a Fevereiro de 2017. Foram analisados 144 editoriais, 72 para cada revista. Com base nessa investigação foi possível constatar que nos editoriais da revista Veja prevaleceu o discurso de acusação a um único partido político, o PT e aos ex-presidentes Dilma e Lula. Já na revista Carta Capital, prevaleceu o discurso de defesa, reação e denúncia aos discursos proferidos pela mídia. Tanto a bibliografia quanto os editoriais trazem evidências de que o processo de destituição contra a Presidenta foi, de fato, um golpe de Estado parlamentar. Os argumentos trazidos pelos discursos de acusação e defesa demonstram que as pedaladas fiscais foram utilizadas como pretexto para destituir um governo legitimamente eleito.

Palavras-chave: golpe; *impeachment*; Mídia; Discurso.

ABSTRACT

COSTA, Divina Paz da. **Speeches generated for the Impeachment of President Dilma: coup or *impeachment*?** 2019. 66f. Graduation Work – Degree in Social Sciences – Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás, Formosa, 2019.

The objective of this research is to analyze the speeches of the media about the coup or impeachment and differences of understanding about the dismissal of President Dilma Rousseff in 2016. To achieve the proposed objective, a qualitative documentary research was done analyzing the editorials of magazines *Veja* and *Carta Capital* between September 2015 and February 2017. A total of 144 editorials were analyzed, 72 for each journal. Based on this investigation, it was possible to verify that in the editorials of *Veja* magazine the accusation speech prevailed to a single political party, the PT and the former presidents Dilma and Lula. Already in the *Carta Capital* magazine, the speech of defense, reaction and denunciation to the speeches given by the media prevailed. Both the bibliography and the editorials provide evidence that the process of dismissal against the President was, in fact, a parliamentary coup. The arguments brought by the prosecution and defense discourses show that fiscal rallies were used as a pretext to remove a legitimately elected government.

Keywords: Coup; *impeachment*; Media; Speech.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático brasileiro
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DEMOCRACIA À BRASILEIRA.....	16
1.1 O GOLPE DE 2016	16
1.2 O IMPEACHMENT DE 2016	22
1.3 O PAPEL DA MÍDIA NO PROCESSO DO <i>IMPEACHMENT</i>	24
2 DISCURSOS DA DIREITA REACIONÁRIA	27
2.1 A BELEZA DO <i>IMPEACHMENT</i>	27
2.2 A IGREJINHA ARCAICA	28
2.3 O SIGNIFICADO DA PRISÃO DE SANTANA	29
2.4 O ALIADO ERRADO	30
2.5 UM DESAFIO E TANTO	31
2.6 COM ORGULHO OS OLHOS DO BRASIL	33
2.7 UM FUTURO COMUM.....	34
2.8 O VERDADEIRO PARTIDO DE OPOSIÇÃO	34
3 DISCURSOS DA ESQUERDA AGUERRIDA.....	36
3.1 ETERNO GOLPISMO.....	36
3.2 O BRASIL PERDEU O SENSO	36
3.3 DESTA VEZ NÃO DÁ.....	37
3.4 O ESPÍRITO DO PASSADO	38
3.5 O HOMEM E A MÁSCARA.....	38
3.6 TEMPOS DE CHANTAGEM.....	39
3.7 CHAMEM O CUNHA.....	42
3.8 O PATÉTICO COMPLÔ.....	44
3.9 QUEM É LÍDER?	44
3.10 A FARSA TRÁGICA	45
3.11 EM BUSCA DA CONSCIÊNCIA	47
3.12 MEA-CULPA	48
3.13 GOLPISTAS E USURÁRIOS	48
3.14 RACHA INTESTINO	49
3.15 ANÁLISE DOS DISCURSOS DA REVISTA CARTA CAPITAL	50
4 DIREITA E ESQUERDA EM DISPUTA	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Tudo começou em Junho de 2013 com uma manifestação em São Paulo, contra o aumento da tarifa de ônibus e trem. Havia nesse momento uma crise econômica mundial em curso que aos poucos alcançaria o Brasil. Entramos em 2014 com a vitória de Dilma Rousseff para o seu segundo mandato à Presidência da República com 54 milhões de votos (51,64% dos votos válidos) contra Aécio Neves com 51 milhões de votos (48,36% dos votos válidos). Dilma teria que enfrentar um adversário muito pior pela frente, logo no primeiro ano de seu governo em 2015, a economia começa a diminuir sua atividade e o país entra numa profunda recessão, sinalizando os efeitos da crise global.

Com um cenário de crise econômica, Dilma perde o apoio político de suas bases no governo e se vê diante da necessidade de fazer um ajuste fiscal para equilibrar o orçamento público, justamente num momento em que era impossível manter uma agenda de crescimento. Todavia, com a operação lava-jato¹ em curso e com o que se descobria dela, pois a mídia deu ampla cobertura e repercussão ao caso impulsionando a ida de parte da população às ruas para pedir o fim da corrupção e o *impeachment* de Dilma, os adversários políticos da Presidenta aproveitam a oportunidade para dar o golpe. Iniciado em dezembro de 2015, o processo formal de investigação foi instaurado pela Câmara dos Deputados em 17 de Abril de 2016, sendo concluído pelo Senado Federal em 31 de Agosto, data² em que Dilma Rousseff foi destituída da Presidência da República definitivamente, assumindo em seu lugar o vice Michel Temer com uma agenda política neoliberal totalmente distinta da anterior.

Chegamos em 2018 com a eleição de um Presidente da República totalmente controverso, após a agudização da polarização já sentida na eleição anterior. Esse início de 2019, período de escrita deste trabalho, é marcado por um governo turbulento que tem tomado medidas nada assertivas que podem impactar negativamente a vida de milhões de brasileiros. Diante de tudo isso, me propus fazer esta pesquisa qualitativa documental para analisar os discursos que dominavam a sociedade naquele momento, possivelmente influenciados pela mídia.

¹ Operação lava-jato é investigação desencadeada pelo Ministério Público Federal em parceria com a Polícia Federal que, a partir de março de 2014, encontrou desvios de recursos na Petrobras. Informação disponível em < <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso> > Acesso em 19/03/2019.

² O fluxo temporal do processo de destituição consta de matéria da Agência Senado disponível em <<https://www12.Senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-Congresso-e-no-brasil>> Acesso em 20/03/2019.

A primeira vez que eu ouvi a palavra golpe foi em sala de aula, no ano de 2015, no curso de Ciências Sociais no campus IFG-Formosa. Diante do cenário político em que se encontrava o país, alguns professores entre um conteúdo e outro, falavam que o que estava acontecendo no Brasil no impedimento da Presidenta era um golpe.

Isso foi despertando em mim um desejo e uma curiosidade de saber mais sobre o assunto e entender o que estava acontecendo. Com o passar do tempo, ia brotando em mim uma certa inquietude e, assim, comecei a formular uma ideia do que eu queria falar na minha pesquisa. Então, me dispus a fazer a pesquisa, que aqui apresento os resultados, tentando observar quais os argumentos utilizados para defender e sustentar a ideia de golpe ou de *impeachment*. Fiz isso também para consolidar e embasar a minha posição como cidadã e futura cientista social.

Nesse contexto político, com a motivação aqui declarada, me propus realizar uma pesquisa qualitativa com análise documental dos discursos sobre golpe ou *impeachment* expressos pela mídia. Eu resolvi analisar os editoriais de duas revistas semanais de circulação nacional que costumam ter posições políticas divergentes, as revistas Veja (de direita) e Carta Capital (de esquerda). Considero as revistas em diferentes espectros ideológicos³, tomando por base que a contraposição de programas nesses campos também se expressa nas publicações. Para fazer uma comparação entre os discursos do *impeachment* e do golpe, acessei o sítio da revista Veja no laboratório da biblioteca do campus IFG-Formosa, fui até o acervo digital e mapeei as revistas que eu precisava, porém, não era possível baixar os arquivos e eu não poderia ficar na biblioteca o tempo todo para analisar esses editoriais. Assim, tive que fazer uma assinatura digital para poder ter acesso as revistas no meu próprio computador em casa.

Para ter acesso as revistas da Carta Capital, eu pedi ajuda a um amigo bibliotecário que, por sua vez, pediu para uma amiga que trabalha na biblioteca nacional de Brasília, que enviou pra gente um *link* de acesso direto aos editoriais da revista, no qual pude baixar no meu computador. Para fazer as análises dos discursos tive como base teórica alguns autores que tratam do assunto, para poder entender o que é análise do discurso e como se faz.

Não fiz uma análise do discurso no sentido estrito, mas numa perspectiva de verificar quais eram as ideias principais, quais eram os argumentos que estavam ali alocados. “Analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais” (FERNANDES, 2008, p.14).

³ Como ensina Bobbio (1994), esquerda e direita são espectros ideológicos que se distinguem a respeito da direção para a sociedade, especialmente com juízo diverso sobre o ideal de igualdade. Na perspectiva desse autor, a desigualdade é naturalizada pela direita que condena a igualdade social. Já a esquerda, em nome da igualdade, rechaça a desigualdade social.

Para analisar o discurso das revistas, escolhi trabalhar com os editoriais de Setembro de 2015 a Fevereiro de 2017. Esse período foi delimitado, para possibilitar uma abrangência maior de todo o contexto político do momento, levando em conta 6 meses antes da abertura do processo de impedimento na Câmara dos Deputados, passando por um período de 4 meses até chegar para votação no congresso Nacional e por fim, pegando 6 meses após a destituição da presidenta Dilma Rousseff. Cobrindo 18 meses de análises. A escolha da análise dos editoriais se deu por esse tipo de texto conter posicionamentos diante de fatos. Os editoriais funcionam como expressão de análises e opiniões a respeito de um assunto, expressando identidade e características próprias daquela publicação (JACOB, 2016). É o espaço de uma publicação em que fica em suspenso a suposta imparcialidade jornalística para que sejam marcados posicionamentos diante dos assuntos em pauta.

Assim, considerando o período delimitado para a pesquisa, foram analisados 72 editoriais da revista Veja e 72 editoriais da revista Carta Capital, sendo 144 editoriais no total. Depois de fazer uma análise geral nos 72 editoriais da revista Veja, eu separei as edições que faziam referência direta ao processo de *impeachment*, neste caso foram 7 editoriais. Da mesma forma foi com a revista Carta Capital, fiz uma análise geral nos 72 editoriais e depois separei as edições que faziam referência direta ao golpe e utilizei apenas 14 editoriais. O motivo de ter analisado apenas 7 editoriais da revista Veja (somando assim metade dos editoriais analisados em relação à outra revista) se deu pelo fato de que os demais editoriais da revista Veja não falavam sobre o processo de *impeachment* de 2016, tratavam sobre outros assuntos que não eram relevantes para esta pesquisa, da mesma forma, aconteceu com os editoriais da revista Carta Capital.

Então, eu peguei os 21 editoriais um por um e fui fazendo as análises marcando as ideias principais, depois agrupei em blocos de análises, separando as ideias de cada revista por edição. Em seguida, eu fiz a interpretação dos editoriais com um texto direto a partir do meu olhar sobre o objeto. E por último, fiz as comparações entre as duas revistas, contrastando as ideias de golpe e *impeachment* na visão de cada revista semanal.

A partir desse processo de pesquisa, organizei este trabalho. No primeiro capítulo, trago uma bibliografia ligada aos discursos do golpe e do *impeachment*, bem como sobre o papel da mídia na sociedade. Pude perceber que os autores expressam suas opiniões a partir de uma visão mais ampla de todo o contexto em torno do processo de destituição da Presidenta. No segundo capítulo, apresento as análises dos editoriais das revistas Veja e Carta Capital em um texto escrito de forma direta para cada revista de acordo com as minhas percepções dos editoriais,

em seguida faço uma síntese com os quadros de análises apresentando as ideias principais contidas nos editoriais das publicações em questão.

Na sequência, faço no terceiro capítulo, comparações entre os discursos das revistas Veja e Carta Capital, mostrando uma aparente visão de acusação e defesa presentes nesses discursos. Nas considerações finais, falo um pouco sobre a minha visão a respeito das forças existentes e que influenciaram os rumos desse processo de destituição e a minha percepção sobre o futuro da democracia brasileira, com a resposta ao meu problema de pesquisa: Diante do processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, porque alguns gritaram golpe e outros *impeachment*?

1 DEMOCRACIA À BRASILEIRA

Nesta pesquisa, a fundamentação teórica se baseia nos estudos sobre o golpe e o *impeachment*. Mais especificamente, no debate sobre o porquê que algumas pessoas dizem que a destituição de Dilma Rousseff foi golpe enquanto outras dizem que foi *impeachment*. Também consideramos importante ressaltar o papel que a mídia desempenhou, influenciando ou não, na produção e divulgação das informações referentes a esse processo. Por isso, também serão abordados estudos sobre o papel dos meios de comunicação de massa na sociedade.

O objetivo do capítulo é perceber os argumentos no discurso da bibliografia para, posteriormente, analisar o discurso da mídia. Com a análise realizada, foi possível perceber que os autores que tratam a destituição da Presidenta como golpe apontam uma avalanche de retrocessos, desde investimentos em educação, saúde, e também nos direitos dos grupos historicamente ameaçados e perseguidos, como LGBTQs, negros, povos indígenas, mulheres e, de modo geral, os direitos dos trabalhadores que foram conquistados com a CLT, o qual, perdeu muito com as políticas neoliberais empreendidas pelo vice presidente que assumiu o cargo.

Também foi possível constatar que, para outros autores, o *impeachment*, significava um novo rumo para o país, o final da velha política, dos desmandos, da corrupção, o fim da era PT. O *impeachment* supostamente traria consigo, a esperança de um Brasil renovado, de cara nova, com a economia a todo vapor, uma baixa na inflação, educação de qualidade, saúde e segurança pública.

1.1 O golpe de 2016

Segundo Barbé (2010) com o passar do tempo a expressão golpe de Estado mudou bastante o seu significado. Para ele, esse fenômeno mostra a diferença do que era referenciado a trezentos anos atrás para os dias de hoje. O que muda são os atores (quem o faz) e a forma do ato (como se faz). Ou seja, ele é definido de acordo com quem o faz, as pessoas que estão à frente do golpe; e como se faz, no sentido de utilizar-se de meios, caminhos para à sua realização. “O golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado” (BARBÉ, 2010, p. 545).

É por isso que alguns autores afirmam que o que aconteceu no ano de 2016 ao governo Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado, jurídico, midiático e parlamentar, pela forma como se deu todo o processo e os atores que o conduziram. De acordo com Costa (2016), a obscuridade

desses tempos, desmascara uma política suja que, por meio do golpe, destituiu a Presidenta da República e impôs ao país o maior dos retrocessos, a saber que:

Assistimos atônitos, à luz do dia, a movimentos rumo ao desmonte do Estado. Proposta de privatização do patrimônio público e desvinculação constitucional dos gastos sociais obrigatórios visam instituir um Estado mínimo no Brasil. (COSTA, 2016, p. 9)

O Estado de exceção que é imposto ao país, traz consigo, além dos retrocessos, um ataque direto aos povos mais pobres, por meio do corte das políticas públicas sociais, e também, à classe trabalhadora que sonhava um dia aposentar-se. É como a autora afirma a seguir:

Vivemos um golpe contra o povo trabalhador. Uma reforma da previdência elevando a idade mínima para a aposentadoria e desvinculando o piso previdenciário do salário mínimo. Uma reforma trabalhista que aprova a prevalência do negociado sobre o legislado, transformando, em questão de tempo, o fim dos direitos consagrados na consolidação das leis do trabalho (CLT). (Ibidem, 2016, p. 9)

Para Löwy (2016) nos dois últimos cem anos, o Estado de exceção começa a fazer parte da história mundial. A democracia parece incomodar a elite e o capital financeiro, ela impede a implantação de políticas neoliberais, por isso usam o método do golpe para usurpar o poder.

O golpe de 2016 no Brasil não é o primeiro. Já tivemos golpes em Honduras e no Paraguai, e possivelmente teremos outro na Venezuela. Isso mostra que a democracia não está mais sendo útil, que ela está atrapalhando a implantação das políticas neoliberais (LÖWY, 2016, p. 61).

O que parece acontecer nesses países que tem sofrido o golpe de Estado, é que as classes dominantes juntamente com a política de direita ou extrema-direita; vem odiando cada vez mais à democracia, querem acabar com ela. Afinal, o regime democrático possibilitou dar voz e vez às classes pobres, possibilitando a participação nas decisões políticas, nas escolhas de seus representantes. Löwy (2016), possivelmente concordaria com as reflexões que Ballestrin (2018) apresenta quando trata das tensões entre neoliberalismo e democracia. A autora é categórica e afirma que “o Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática” (p. 160).

Para os autores, o verniz democrático aplicado à destituição da Presidenta Dilma, tendo em vista a aprovação formal das instituições jurídico-políticas, não impede a análise que aponta para o processo como golpe. Essa compreensão não depende, portanto, da repetição de padrões

históricos de ruptura institucional por meio da violência. Na verdade, o contexto pós-democrático implica que a “fragilização ou a relativização dos princípios básicos democráticos ocorrem por dentro de suas próprias instituições” (Ibidem, 2018, p. 160). Essa também é a compreensão do autor, como se vê a seguir:

No caso do Brasil, temos um golpe pseudolegal, supostamente dentro do Estado de direito, mas com uma restrição cada vez maior dos direitos. Há ainda essa tendência bem preocupante, não só na América Latina como também na Europa, de uma extrema-direita que está se aproveitando dessa conjuntura e que se apresenta como um sério candidato ao poder. Se isso se confirmar, o pouco que nos resta de democracia vai desaparecer (LÖWY, 2016, p. 62).

Com o discurso de varrer a corrupção, a extrema-direita convence a população de que o *impeachment* resolveria esse problema no país. Porém, os golpistas eram os próprios corruptores, queriam esconder suas mazelas por detrás do golpe para fugir das investigações da operação lava-jato, jogando os holofotes para outra direção. Löwy (2016, p. 164) afirma ainda que a Presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado, ao apontar que:

Parlamentares, deputados e Senadores, profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais” para cobrir déficits nas contas públicas.

É por isso que, cada vez mais se confirma a fala de alguns autores que defendem a ilegitimidade do processo de destituição, pelo simples fato desses parlamentares, Deputados e Senadores, a maioria deles estar envolvida em casos comprovados de corrupção.

O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de “irregularidades contábeis” (Ibidem, 2016, p. 65).

Para Miguel (2016), o golpe ocorrido no ano de 2016, deixa marcas profundas no experimento brasileiro que se iniciou a partir de 1985, o qual chamamos de democracia. O autor afirma que:

Ainda que com limitações e contradições, a ordem balizada pela Constituição de 1988 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: o voto popular como meio necessário para a obtenção do poder político e o império da lei. A derrubada da Presidente Dilma, mediante um processo ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de operar e, por consequência, o sistema

político em vigor no país não pode mais receber o título de “democracia” - mesmo na compreensão menos exigente da palavra (MIGUEL, 2016, p. 31).

Com o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal que, na prática, não ficou evidenciado, abre um precedente para questionar se a nossa democracia, de fato, ainda pode ser considerada uma democracia. Afinal, esse mesmo regime democrático garantido pela Constituição de 1988, deu-nos o voto como forma de liberdade e participação política, luta e poder. De fato, se a vontade da maioria não é respeitada, a democracia na qual vivemos só existe no papel e na cabeça das pessoas que acreditam estar exercendo-a.

Ainda para Miguel (2016), a democracia dá aos governantes o poder de decidir com o consentimento dos governados obtido por meio do voto, quando diz que:

Mesmo nessa visão minimalista, a democracia exige isso: o consentimento dos governados por meio do voto. Podemos partir daí e querer mais, ou julgar que esse procedimento esgota a possibilidade da própria democracia, mas ele está sempre presente. O impedimento da presidente, contudo, sem crime de responsabilidade claramente identificado, em afronta aberta as regras estabelecidas, marcou a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder. Foi violado um dos requisitos básicos que um autor liberal, Robert Dahl, apresentou para a democracia eleitoral: o princípio da intercambialidade, que, na prática, significa que nenhum grupo ou indivíduo tem poder de veto sobre a maioria gerada nas urnas (MIGUEL, 2016, p. 32).

O impedimento da presidenta Dilma Rousseff é a prova que existem outros meios de chegar ao poder, contrariando assim todas as regras estabelecidas e princípios democráticos. Ao romper a intercambialidade, o poder escuso de veto foi exercido sobre a vontade da maioria que havia sido expressa nas urnas, por isso fala-se em golpe. Contudo, por mais que seja limitada, ainda é por meio da democracia que os interesses da maioria poderão ser ouvidos. Por isso, para alguns pesquisadores vivemos um período de desdemocratização (BALLESTRIN, 2018) em que alguns grupos políticos querem acabar com a democracia por meios supostamente democráticos, pois se apresenta como uma “pedra no sapato” das classes dominantes.

Miguel (2016) ressalta, ainda, que existe uma disputa no campo democrático brasileiro. Nele, a esquerda exige um governo que dê mais visibilidade e poder à grande massa para que tenha de fato uma política igualitária para todos. Mas, para que isso aconteça, é preciso questionar a existência das práticas democráticas, ocorrerem apenas, num espaço social restrito. Pois, se as hierarquias existentes nos locais de trabalho e também nas esferas domésticas não forem desafiadas, é utópico pensar em uma democracia efetiva.

De acordo com Ribeiro (2016) o *impeachment* de Dilma Rousseff trouxe consigo, além dos retrocessos, a perda de direitos de grupos historicamente discriminados, ao afirmar que:

O impedimento da presidenta e a ilegalidade que o cerca demonstram uma falência ética e moral de nossas instituições. Porém, para além dessas arbitrariedades, os resultados práticos disso afetarão de modo concreto a vida da população, principalmente da dos grupos historicamente discriminados. Essas ações já sinalizam para um regresso no que tange os direitos das mulheres e da população negra e indígena (RIBEIRO, 2016, p. 127).

Essas compreensões nos fazem reconhecer que não se pode permitir que o Brasil retroceda no tempo, o que deve ser feito é valorizar as conquistas do passado, ampliando e melhorando os direitos oriundos dela. A população necessita de romper com a submissão, é tempo de lutar para não perder o que é do povo por direito. Contudo, “sabemos que, de forma geral, quando falamos em Estado democrático de direito, isso não engloba diversos grupos que vêm seguidamente tendo seus direitos aviltados” (Ibidem, 2016, p. 127).

Neste sentido, não podemos deixar de falar dos direitos das mulheres que nestes últimos tempos tem sofrido ataques que sinalizam um retrocesso, sobretudo no campo previdenciário, com a nova Proposta de Emenda Constitucional nº6 (PEC 06/2019) apresentada ao Congresso Nacional em 20 /02/2019, pelo governo Federal. Com as novas propostas de aposentadoria, as mulheres são as mais atingidas com medidas duras e mais profundas se comparadas com as regras de aposentadoria dos homens.

No caso da aposentadoria no RGPS1, por exemplo, mesmo que ambos os sexos percam o direito à aposentadoria por tempo de contribuição e passem a ter a exigência de idade mínima, as mulheres terão que trabalhar dois anos a mais (dos 60 aos 62 anos), se forem do setor urbano, e cinco anos a mais (dos 55 aos 60 anos), se forem do setor rural. Os homens, ao contrário, permanecerão com as mesmas referências etárias da atual modalidade de aposentadoria por idade (65 anos, no setor urbano, e 60, no rural). O tempo mínimo de contribuição exigido de ambos os sexos também aumentará, passando de 180 meses (15 anos) para 240 (20 anos), no campo e na cidade. As professoras (e os professores) do ensino básico poderão se aposentar mais cedo, aos 60 anos, desde que comprovem 30 de contribuição exclusiva no magistério (MARÇO, 2019).

Portanto, esse Estado democrático de direito não existe na prática, quando que esses determinados grupos sociais vêm sendo drasticamente atacados por políticas neoliberais do governo que visam somente acabar com os direitos dos pobres e não rompem com privilégios

dos ricos. Segundo Gomes (2016), desde o final da ditadura militar de 1964, o Brasil não vivia uma grave ameaça a sua democracia, como aconteceu com o golpe de 2016. Por isso, ele alerta que:

Uma série de erros do governo federal – aliada a compulsão pela corrupção de grande parte do Congresso Nacional, à divisão resultante do resultado das eleições de 2014, à tentativa de barrar as investigações da operação Lava Jato e da Polícia Federal e aos interesses do capital especulativo e de interesses internacionais – foi o motor para o desencadeamento de um golpe contra a soberania popular nas urnas (GOMES, 2016, p. 39).

Políticos enredados com a corrupção, movidos por interesses individuais e coletivos, aproveitaram um momento de crise em que passava o governo vigente, enquanto que a população estava polarizada, dividida, para, assim, aplicar o golpe e tomar o poder, ficando livres das investigações da operação Lava-jato⁴.

No entanto, Gomes (2016) ressalta que, a partir do afastamento da presidente Dilma Rousseff, ficam evidentes três pulsos que orquestraram e aplicaram o golpe contra a democracia brasileira, a saber: “O primeiro foi a banda podre da nossa política que deseja obstruir a justiça barrando a operação Lava-jato, operação essa que revela as entranhas da corrupção no Brasil” (Ibidem, 2016, p. 40).

O objetivo de barrar as investigações era para não atingir os políticos dos partidos da direita, no caso do PT foi o contrário. Foco total das investigações voltadas para o Partido dos Trabalhadores. O segundo pulso se destina a:

Reter todos os recursos destinados aos direitos sociais para coloca-los a serviço do pagamento dos juros da dívida pública. Neste caso então, por exemplo, o tabelamento dos gastos com saúde e educação, que evidentemente afetarão a vida da grande massa da população brasileira, em favor de menos de 10 mil famílias que vivem do capital especulativo (Ibidem, 2016, p. 40).

O ex-presidente Michel Temer articulou com o Congresso Nacional a aprovação do congelamento de investimentos em saúde e educação por vinte anos por meio da PEC 241. Como exemplo, em agosto de 2016, o CNPq foi obrigado a cortar 20% das bolsas de iniciação científica, prejudicando as pesquisas e produções acadêmicas (HOEWELL e RODRIGUES, 2017).

⁴ É importante ressaltar que o Juiz Sérgio Moro, que estava à frente das investigações da operação Lava-jato, anunciou em 1º de Novembro do ano de 2018 que aceitou o convite do então presidente da república federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, para assumir o cargo político de Ministro da Justiça, abandonando 22 anos de magistrado como Juiz Federal.

Vale considerar também os cortes que o governo fez aos programas que fomentam a educação como: FIES, PROUNI e PRONATEC, atingindo diretamente a classe pobre que utiliza esses programas para ter acesso ao ensino superior e cursos técnicos profissionalizantes. “E, por fim, está o terceiro pulso, que é motivado pela tentativa de destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro” (Ibidem, 2016, p. 40).

Com o sistema de partilha aprovado pelo Senado, o pré-sal brasileiro foi sendo entregue ao capital estrangeiro. Entrega-se o direito de exploração do pré-sal brasileiro a uma empresa privada por meio de concessão em troca apenas do pagamento de imposto de renda e outras contribuições. Ao invés de o próprio Brasil ser o único detentor do poder de exploração do pré-sal, que é nosso, o governo põe em prática a política do entreguismo.

1.2 O impeachment de 2016

Nogueira (2016) aponta duas tendências que, segundo ele, levariam o governo Dilma rumo ao *impeachment*: a pouca capacidade de articulação política no Congresso e a quebra das pontes com a opinião pública. Por isso, Nogueira afirma que:

A diáspora das bases parlamentares do governo não se deveu, assim, a um golpe das oposições, mas sim à inapetência e à incompetência do próprio governo e de seu núcleo político de sustentação. Basta lembrar, a propósito, que o principal motor do processo de impedimento foi o PMDB, partido que ocupava a vice-presidência da república (NOGUEIRA, 2016, p. 147).

O autor alega que o abandono ao governo Dilma, por parte dos partidos políticos que o apoiava, se deu pela falta de vontade, de capacidade e habilidade de interlocução com a própria base política de sustentação. O que fez com que o PMDB, um dos partidos aliados ao governo e o qual pertencia o vice-presidente, tomasse a frente na abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Contudo, Nogueira (2016) afirma que:

Houve sim “traição”, mas ela foi fomentada com a colaboração do próprio personagem traído. O golpe nasceu e cresceu nos ambientes governistas, ainda que tenha obtido apoio (tardio, diga-se de passagem) do PSDB e do DEM e tenha encontrado sua peça técnico-processual em uma iniciativa de juristas não diretamente envolvidos com as oposições. Quando o governo se deu conta, o processo já havia avançado. Mas houve, evidentemente, muito mais do que isso (NOGUEIRA, 2016, p. 147).

No trecho acima citado o autor dá a entender que o próprio governo Dilma colaborou para que a oposição desse o golpe. A crise governamental, juntamente com a falta de articulação política entre o governo e a base, abriu caminho para a traição. De acordo com Nogueira (2016), a crise que desestabilizou o governo Dilma abriu caminhos para a operação Lava-jato pressionar cada vez mais o Partido dos Trabalhadores, quando diz que:

A operação Lava-jato desempenhou função determinante na crise que catapultou o governo Dilma, sobretudo do que revelou sobre os mecanismos de financiamento político por meio do uso irregular de empresas (PETROBRAS, sobretudo) e pelo que pôs de pressão sobre os políticos, a coalizão governamental e o sistema político. Quanto mais ela avançou, mais foi produzindo efeitos desorganizadores sobre o governo Dilma (Ibidem, 2016, p. 150).

A crise que assolou o governo Dilma Rousseff ganhou mais força com o início da operação Lava-jato que teve como alvo das suas investigações, dentre outras empresas, a PETROBRAS. Com os avanços das investigações e com o que se descobria dela, a presidência de Dilma se tornava mais frágil e vulnerável. De acordo com Nogueira (2016) o processo de *impeachment* é doloroso e desagradável, por isso este recurso só é permitido em situações específicas, ou quando o país está sem governo ou quando existe muita ilicitude na gestão. Nesse sentido, esse mesmo autor afirma que:

O pedido de afastamento de Dilma foi uma manobra política. Não feriu a Constituição, nem explorou caminhos hostis a legalidade jurídico-política. Foi sendo processado por dentro das instituições e com a vigilância ativa do STF. O envolvimento nele de um personagem nefasto como Eduardo Cunha foi em boa medida accidental: ele estava no meio da estrada, fazendo política sem escrúpulos e luvas de pelicas. Terminou por ser partícipe de algo que o ultrapassou, e que implicará sua defenestração (Ibidem, 2016, p. 155).

O impedimento da presidente Dilma Rousseff, seguiu os ritos legais nos tramites jurídicos das leis, sendo acompanhado de perto pelo guardião da Constituição: o STF. Porém, apesar de contar com a participação do deputado Eduardo Cunha, mesmo estando envolvido em escândalo de corrupção, o processo seguiu sem maiores tropeços até o seu desfecho final. É por isso que Nogueira fala que o processo de impedimento da presidente teve uma situação toda própria, ao dizer que:

O *impeachment* de Dilma pode ser o que for, mas teve sua própria dinâmica. Foi impulsionado por cálculos partidários, por interesses políticos que se sentiram prejudicados, por uma sociedade civil excitada e cindida ao meio. Confundiu-se com a emergência de um ordenamento social mais fluído e de

um capitalismo turbinado. Refletiu uma máxima da política: quando o governo perde seus apoios e se isola. Deixa de conseguir governar e se expõe às manobras dos adversários (Ibidem, 2016, p. 155).

A dinâmica do processo de destituição foi sendo construída de acordo com os interesses dos partidos que faziam oposição ao governo. Afinal, perceberam que estavam perdendo espaço para a esquerda no campo político e começaram a articular-se levando ao golpe. Fizeram com que o partido de situação se isolasse e com isso foi perdendo apoio político e a oposição aproveitou o momento de fragilidade para dar início à destituição de Dilma e chegar ao poder.

Segundo Nogueira (2016), o processo de *impeachment* poderia ter sido evitado se Dilma Rousseff, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, tivessem uma base parlamentar forte e não tivessem praticado o fisiologismo político. Mostraram despreparo total na articulação com os partidos de centro e centro-esquerda, foi uma gestão sem unidade, por isso não souberam promover uma grande política. Portanto, não foram efetivos no sentido de governar para alavancar à economia e fazer uma reforma política.

De acordo com Gomes (2016), é preciso analisar quais as razões que somente três presidentes democraticamente eleitos, conseguiram concluir os seus mandatos na história do Brasil. Juscelino, FHC e Lula, eles prezaram por uma boa relação com os governadores e souberam tratar o povo, no sentido do diálogo e da interlocução. Já a presidenta Dilma não conseguiu manter uma política assertiva com os governadores e, muito menos, soube dialogar com a população. Esses erros, fizeram o governo perder a credibilidade e o apoio das massas.

1.3 O Papel da Mídia no Processo do *impeachment*

O que se espera da mídia, seja ela impressa ou digital, no rádio ou televisão é que ela sirva a sua finalidade, ou seja, levar a informação, de forma clara e objetiva, justa e imparcial. De acordo com Lima (2003), a mídia pode ser entendida como:

O conjunto de instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a mídia implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser mediatizada. Este é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui em um importante símbolo da modernidade. Duas características da mídia são à sua unidirecionalidade e a produção centralizada e padronizada de conteúdo. Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e pagas), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos

na chamada comunicação de massa (LIMA, 2003 *apud* GUAZINA, 2004, p. 57).

É por meio da mídia que chega até o público, todo tipo de informação e alcança os lugares mais longínquos, que antes, eram impensáveis e inacessíveis. A forma de se comunicar é mediada entre quem produz, publica, divulga as informações e entre quem a recebe; neste caso o telespectador, o ouvinte, etc.

Por isso, é tão importante que esse meio de comunicação, de levar as informações, as notícias até as pessoas, seja usado de forma séria e responsável. O que se espera da mídia, principalmente dos meios de comunicação de massa, é que se tenha, pelo menos, uma pretensa imparcialidade, como diz a seguir:

O papel da mídia esperado, seja impressa ou digital, sendo um meio de comunicação, seria de manter o cidadão melhor informado sobre os múltiplos aspectos (economia, cultura, política, cotidiano, esportes entre outros) do momento presente, tanto na esfera nacional quanto internacional, guardando uma pretensa neutralidade (ALMEIDA e LIMA, 2016, p. 103).

Porém, na prática, o que vemos são alguns meios de comunicação, que detém o monopólio das informações e trabalham apenas em defesa de interesses próprios e de alguns grupos privilegiados em detrimento dos interesses do povo. A missão de informar a verdade, de fazer um jornalismo sério e justo, tem se perdido no tempo. Nesse sentido, Lopes (2016) ressalta o poder das quatro famílias que decidiram pela destituição da Presidenta Dilma:

Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídia de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Istoé) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014 (LOPES, 2016, p. 120).

Essas famílias, donas das mídias de maior circulação e repercussão no país, deixaram de fazer o jornalismo, que antes era tido como reflexivo, voltado para o cotidiano das pessoas, das realidades sociais, um jornalismo de utilidade pública. Na verdade, essas mídias se tornaram um verdadeiro partido de oposição. “Na televisão, foram sucessivas edições do *Jornal Nacional* voltadas a destruir Lula com o objetivo de criminalizá-lo a ponto de impedir sua candidatura nas eleições de 2018, o PT e, finalmente, Dilma” (Ibidem, 2016, p. 121). Ainda segundo o autor,

as mídias aqui em questão continuaram fazendo campanhas partidárias contra o governo de Dilma Rousseff e o PT:

Assim o foi, meses e meses a fio. Manchetes convocando manifestações contra o governo; vazamentos de investigações em articulação com a operação Lava-Jato; editoriais, artigos, entrevistas, pesquisas. As quatro famílias, seguidas pelas demais, operaram como numa rede nacional oficial do golpe, numa articulação inédita na história do jornalismo no país- a competição, ícone maior do capitalismo e do discurso de todos esses meios, foi deixada de lado em prol de uma colaboração aberta para derrubar o governo (Ibidem, 2016, p. 121).

É perceptível o posicionamento das mídias em relação ao favorecimento de manchetes e reportagens a determinados partidos políticos e sendo contrários a outros. Esse tipo de jornalismo político partidário, contribuiu e foi determinante para convencer metade da população em apoiar a destituição e gritar o “Fora Dilma”. Partindo desse pressuposto, Souza (2016) dialoga com Lopes no sentido de trazer argumentos que reforçam a perseguição sofrida por Lula e o partido dos trabalhadores ao ressaltar que:

Se a corrupção fosse o problema real ter-se-ia dado ênfase aos aspectos institucionais que evitassem a compra da política pelo dinheiro, com a defesa do financiamento público de eleições à frente. O que se viu, no entanto, foi um show de hipocrisia e de perseguição a Lula e ao PT, deixando de lado todos os outros partidos e políticos. Falsidade e hipocrisia maior, impossível. Que muitos tenham acreditado nessa farsa, deve-se aos interesses racionais e irracionais da parte mais conservadora da classe média que, “afetivamente”, ansiava por um pretexto para expressar seu ódio de classe (SOUZA, 2016, p.85-86).

Contudo, diante de todas essas denúncias trazidas pelos autores, tudo leva a crer que houve sim uma perseguição por parte da mídia à Lula e ao PT. Não dá para negar os fatos, os resultados estão apostos; Lula continua preso e o partido dos trabalhadores é visto como o único partido político mais corrupto do País.

2 DISCURSOS DA DIREITA REACIONÁRIA

2.1 A Beleza do *impeachment*

De acordo com a revista *Veja*, “o *impeachment* não é guerra, mas também não é golpe”. Esta mesma revista afirma que, “o *impeachment* está previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950”. Para o autor desse editorial, “o *impeachment* não é uma disputa pessoal; pois, Cunha e Dilma, deram a este processo as cores dramáticas em torno da integridade moral de cada um” (VEJA, 2015a).

Segundo a revista *Veja*, “a presidenta Dilma Rousseff, tem o direito e o dever de se defender: pois, um *impeachment* concluído sem que o dono do mandato tenha esgotado seus recursos legais de defesa, abriria um precedente perigosamente desestabilizador” (VEJA, 2015a). A revista afirma ainda que:

O *impeachment* sendo executado estritamente dentro do rito regimental, é tão legítimo para destituir um presidente, quanto o voto popular é, para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país. Para esta revista, o *impeachment* e o voto servem ao propósito constitucional da preservação da ordem democrática” (VEJA, 2015a).

Para a revista *Veja*, “a origem do processo de *impeachment*, se dá na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, mas na sua essência, o *impeachment* é também um processo político” (VEJA, 2015a). Pois, “os rumos e os desfechos deste processo não são determinados pela força ou fraqueza das evidências de autoria do crime imputado ao presidente, mas sim, pelo somatório de forças contra e favor de sua destituição. Neste caso da presidenta Dilma, ela precisava de uma base forte de sustentação no Congresso (VEJA, 2015a).

Contudo, a revista *Veja* afirma que “a beleza do processo de *impeachment* está no fato de que, ao ser concluído, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade: como, zero inflação, segurança pessoal, mais saúde e educação de qualidade” (VEJA, 2015a).

Dessa forma, destacam-se as seguintes ideias neste editorial:

- O *impeachment* está relacionado com a legalidade constitucional.
- O *impeachment* está distante do golpe.

- O *impeachment* está relacionado com a integridade moral de cada um: Cunha e Dilma.
- O *impeachment* está relacionado com o esgotamento de recursos legais.
- O *impeachment* é tão legítimo, quanto o voto popular.
- O *impeachment* e o voto estão relacionados a preservação da ordem democrática.
- O *impeachment* está associado ao somatório de forças contra e a favor da destituição da Presidenta.
- A beleza do processo do *impeachment* está relacionada às grandes questões nacionais da prosperidade.

2.2 A Igrejinha Arcaica

A revista *Veja* aponta “o Estado da economia brasileira como amostra do poder de destruição do caos, do descontrole e da paralisia no planalto central sobre o país. De acordo com esse autor, é arrasador” (VEJA, 2015b). Pois, “o colapso do sistema político potencializou os efeitos de um tosco experimento estatal, que segundo ele; foi arrogantemente chamado por Dilma de: “nova matriz econômica”, que de nova não tinha nada, nem de matriz, afirma o autor” (VEJA, 2015b). “Era a mesma Igrejinha da arcaica seita econômica voluntarista e intervencionista que tanto sofrimento já provocou nos brasileiros” (VEJA, 2015b).

Segundo a revista *Veja*, “essa política irresponsável imposta ao país, anulou conquistas modernizadoras e está custando aos brasileiros uma viagem forçada rumo ao passado. A revista afirma ainda que, a máquina de atraso do governo, nos fez retroceder no tempo” (VEJA, 2015b). Pois, “em termos de participação no PIB, a indústria brasileira voltou aos patamares de 1950, ou seja, 65 anos atrás” (VEJA, 2015b).

Para essa mesma revista, “o regime de exploração energética da região do pré-sal tem a cegueira ideológica nacionalista de 1953, por concentrar poder e riqueza nas mãos de burocratas e políticos corruptos, dando origem ao petrolão, o maior escândalo de corrupção da era moderna” (VEJA, 2015b). *Veja* afirma que, “o centralismo com o protecionismo controle de preços e gigantismo estatal, remonta a 1964, uma comparação ao governo do general Ernesto Geisel, que quebrou o Brasil” (VEJA, 2015b).

De acordo com a revista *Veja*, “desde de 1981 os brasileiros não eram submetidos aos rigores de uma depressão econômica profunda como a atual” (VEJA, 2015b). Pois, “desde 2002 não sofríamos um aumento do desemprego com essa intensidade, e por último, mas não menos

crucial, afirma a revista Veja: há anos não sabíamos o que era viver sob uma inflação acima de 10%” (VEJA, 2015b).

Ainda segundo Veja, “quem teme perder o mandato por causa de “pedaladas” deveria mesmo estar preocupado com os efeitos das “atropeladas” da razão, do senso comum, da álgebra, da comezinha e da língua portuguesa” (VEJA, 2015b). Para ela, “a política econômica de Dilma Rousseff não tinha a menor chance de dar certo. Por isso deu errado” (VEJA, 2015b).

Despontam neste editorial as seguintes ideias:

- O colapso do sistema político está relacionado com a nova matriz econômica e a uma determinada concepção teórica da economia (igrejinha arcaica).
- A política irresponsável está relacionada à máquina de atraso do governo que fez o país retroceder no tempo.
- Burocratas e políticos corruptos estão relacionados com o petrolão.
- O centralismo e o protecionismo no controle de preços e o gigantismo estatal estão relacionados a 1974, ao governo do general Ernesto Geisel.
- A depressão econômica profunda está associada ao aumento do desemprego e a uma inflação acima de 10%.
- As pedaladas fiscais estão relacionadas com as atropeladas da razão e com a política econômica de Dilma.

2.3 O significado da prisão de Santana

De acordo com a revista Veja, “Dilma Rousseff teria sido advertida por um empreiteiro de que, as investigações da lava jato resvalariam em pagamentos secretos feitos no exterior ao marqueteiro João Santana, por serviços prestados as campanhas eleitorais do PT” (VEJA, 2016a). Veja afirma ainda que, “João Santana é o mais hábil marqueteiro eleitoral que o Brasil já viu em ação e foi preso pela polícia federal, por suspeitas de ter recebido dinheiro desviado pelo esquema de propinas do PT na Petrobrás” (VEJA, 2016a).

Segundo a revista, “a acusação e as provas já recolhidas formam um conjunto ameaçador para os governantes eleitos do Partido dos Trabalhadores, que contrataram os serviços em campanhas, em especial a presidente Dilma Rousseff. Pois, Santana foi o marqueteiro das duas campanhas de Dilma e da campanha de Lula em 2006” (VEJA, 2016a). “A mulher de João Santana, Mônica Moura ao ser interrogada pela polícia federal que investiga o caso, confessou ter recebido dinheiro de caixa dois no exterior, em nome da empresa á qual é proprietária junto com o marido” (VEJA, 2016a).

“Mônica confessou que a origem do dinheiro vinha da empreiteira Odebrecht, mas disse que os recursos recebidos se referem as campanhas que ela e o marido João Santana fizeram na Venezuela em 2011” (VEJA, 2016a). Neste sentido, a revista Veja afirma que:

Utilizar-se de dinheiro sujo em campanha eleitoral é fator determinante para a perda de mandato. Por isso a prisão de Santana abre caminho para a investigação de Dilma, e caso as provas por uso de dinheiro sujo sejam aceitas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá consequências funestas para a presidente. Portanto, por mais que tente, o governo Dilma não consegue afastar-se dos fantasmas do passado e das ameaças que eles representam” (VEJA, 2016a).

Neste editorial, as ideias centrais são:

- As investigações da Lava-jato estão relacionadas com o esquema de propinas do PT na PETROBRAS.
- Dilma Rousseff e Lula estão relacionados ao pagamento de caixa dois no exterior, feito ao marqueteiro João Santana e Mônica Moura.
- A utilização de dinheiro sujo na campanha eleitoral de Dilma está relacionada com a perda de mandato.

2.4 O Aliado Errado

Segundo o autor do editorial da revista Veja, são quase “70% dos brasileiros torcendo pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, seria natural que o processo transcorresse sem maiores tropeços. Pois segundo essa revista, nas democracias, vontades assim tão majoritárias costumam se materializar com facilidade” (VEJA, 2016b).

No entanto, a revista afirma que “o *impeachment* de Dilma está se revelando mais penoso e trucado do que deveria ser. O placar dos votos na Câmara dos Deputados tem variado a cada hora, segundo as consciências e, sobretudo, ao sabor de convites sonantes” (VEJA, 2016b).

De acordo com a revista Veja, “o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) presidente da Câmara desde 2015, tem sido incansável no empenho em agilizar o *impeachment* e remover obstáculos que possam surgir no caminho. Porém, o problema não está na sua atuação, mas sim, na sua biografia, que a cada revelação ganha uma nova camada de nódoas. Cunha é o único político brasileiro envolvido no novo escândalo internacional, o panamá papers” (VEJA, 2016b).

A revista afirma ainda que, “é um constrangimento que um deputado enredado em suspeitas desse calibre esteja no comando do *impeachment*. Pois, a base legal do impedimento da presidente são as pedaladas fiscais e outras estripações orçamentárias” (VEJA, 2016b). Porém, “boa parte de sua legitimidade política, recai sobre a rede de corrupção que se alastrou pelos governos petistas. Contudo, desmoralizado por propinas e contas secretas na Suíça, a presença de Cunha, contamina a lisura do *impeachment*” (VEJA, 2016b).

De acordo com a revista Veja, “faz parecer, como alegam petistas e sequazes, que a corrupção é apenas um pretexto para tirar Dilma do poder. Pior: deu ao governo a chance de alegar, e com razão, que o processo de *impeachment* só foi instalado na Câmara, por um ato de vingança de Cunha” (VEJA, 2016b).

A revista afirma que, “Brasília inteira sabe que, o deputado se revoltou com a recusa do PT em preservar o seu pescoço da guilhotina da comissão de ética” (VEJA, 2016b). Sendo assim, por essas razões, “Cunha é o aliado errado e que as alianças de conveniência no final das contas não compensam. Portanto, os quase 70% de brasileiros fartos de irresponsabilidades, desfaçatez, mentiras e roubalheiras merecem mais do que isso” (VEJA, 2016b).

Neste editorial, observa-se as seguintes ideias:

- 70% dos brasileiros torceram pelo *impeachment* de Dilma Rousseff.
- O *impeachment* está relacionado ao placar dos votos na Câmara dos Deputados.
- As dificuldades do *impeachment* estão relacionadas com o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).
- O problema do Eduardo Cunha está relacionado a sua biografia.
- Cunha é o único brasileiro atingido pelo escândalo internacional *Panamá Papers*.
- A base legal do *impeachment* está associada a pedaladas fiscais.
- A legitimidade política do *impeachment* está relacionada com a rede de corrupção nos governos petistas.
- O comando do *impeachment* está relacionado a um enredo de suspeitas.
- O processo de *impeachment* de Dilma está relacionado a um ato de vingança de Cunha.
- Cunha está relacionado a alianças de conveniência.

2.5 Um desafio e tanto

De acordo com a revista Veja, “se o *impeachment* de Dilma Rousseff for aprovado na Câmara dos deputados e no Senado Federal, o vice-presidente Michel Temer, aos 75 anos, será

o terceiro vice a assumir a cadeira do titular em três décadas de democracia” (VEJA, 2016c). Porém, “no seu caso, nada será como antes. Temer enfrentará uma realidade toda própria” (VEJA, 2016c).

Segundo esta mesma revista, “Temer terá obstáculos que poriam a prova qualquer político que viesse substituir Dilma, dada a magnitude do desastre que a petista produziu no país” (VEJA, 2016c). Como por exemplo: “a recuperação da economia, o resgate da credibilidade externa do país, a retomada da racionalidade fiscal, a pacificação e a reunificação dos brasileiros” (VEJA, 2016c). Tudo isso, de acordo com a revista Veja, “compõe desafios monumentais.

Um desses desafios é a sua legitimidade popular, pois nas últimas pesquisas eleitorais, o nome de Temer mal conseguia passar de 1% da preferência do eleitorado nacional. “E em pesquisa divulgada na semana passada, pela primeira vez, o instituto data folha perguntou aos eleitores sobre o *impeachment* de Dilma e de Temer, e o resultado foi: 61% desejam o afastamento de Dilma e 58% querem o impedimento de Temer” (VEJA, 2016c).

Entretanto, a revista Veja afirma que, “além da falta de prestígio popular, o vice, se assumir o cargo, terá de vencer as desconfianças de que a sua ascensão pode tirar o fôlego da operação lava-jato” (VEJA, 2016c). Que “motivadas pela presença um tanto ostensiva de colegas do seu PMDB atingidos pela lama da corrupção, as desconfianças não passam de especulações infundadas” (VEJA, 2016c).

Ainda para esta revista, “Temer teria ajudado a reduzir essas desconfianças se tivesse contemplado o assunto no áudio de quatorze minutos que vazou para o público na semana passada, ao qual ensaia o primeiro pronunciamento que pretende fazer aos brasileiros caso o *impeachment* seja aprovado na Câmara” (VEJA, 2016c). “Temer não assumira como um Sarney, mas se tiver sorte e coragem para acertar o passo, poderá terminar como um Itamar Franco, cujo o governo se encerrou com sucesso, legando ao país a mais transformadora das conquistas da democracia brasileira, o plano real” (VEJA, 2016c).

O que surge deste editorial:

- Michel Temer está relacionado a obstáculos deixados por Dilma
- Michel Temer é tido como ilegítimo.
- O *impeachment* de Dilma está relacionado com o impedimento de Temer.
- Michel Temer está relacionado a falta de prestígio popular e as desconfianças que podem tirar o fôlego da operação lava-jato.

- O governo de Temer poderia estar relacionado ao governo de Itamar Franco que se encerrou com sucesso.

2.6 Com orgulho os olhos do Brasil

A revista Veja diz ser, “com orgulho os olhos do Brasil. Pois, desde de Março de 2014, quando surgiram os primeiros indícios de que a Petrobrás estava envolvida em algumas irregularidades, Veja dedicou seus melhores esforços para desvendar as tramoias aplicadas contra essa empresa, que já foi símbolo da perseverança e engenhosidade do povo brasileiro” (VEJA, 2016d). “Coube a aguerrida e talentosa equipe de Veja, sobretudo aos jornalistas da sucursal de Brasília, comandados pelo redator-chefe Policarpo Júnior, a primazia de antecipar aos leitores, com exclusividade, alguns dos capítulos mais reveladores desse enredo” (VEJA, 2016d).

Veja afirma que, neste percurso, “a revista recebeu aplausos e vaias, como sempre ocorre quando uma revista assume um papel destacado na vigilância sobre o poder. E nesses dois últimos anos, Veja voltou a ter um protagonista, desta vez, na cobertura do escândalo que acaba de resultar no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff” (VEJA, 2016d). Porém, Veja ressalta que, “é com orgulho que registra as oscilações. Por operarem em polos opostos, ora a esquerda, ora a direita, elas revelam a retidão com que a revista procura cumprir a missão de vigiar o poder” (VEJA, 2016d).

De acordo com a revista, “ela está atenta a nova pluralidade, por isso, recebe críticas e elogios com naturalidade e respeito, mas não abre mão de vigiar o poder e divulgar o que sabe, alicerçada na convicção de que a informação é o oxigênio da democracia” (VEJA, 2016d). Portanto, a revista Veja afirma que, enquanto ela existir, “os leitores poderão carregar uma certeza: quem quiser estabelecer no Brasil um governo que sirva de preâmbulo a farsa ou a tragédia, ou ambas, jamais contará com o silêncio de Veja. Foi assim no passado e assim será no futuro, seja qual for o governo de hora. Por essa razão, Veja não se cansa de repetir que é, e nunca deixará de ser, os olhos do Brasil” (VEJA, 2016d).

Neste editorial observa-se que:

- A revista Veja está relacionada a cobertura do escândalo, que resultou no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.
- A publicação semanal atribui a si a retidão e a missão de vigiar o poder.
- A revista considera-se os olhos do Brasil.

2.7 Um Futuro Comum

Segundo a revista *Veja*, “o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, causou tamanha polarização na sociedade brasileira, que será necessário promover uma reconciliação nacional, de modo que os brasileiros possam voltar a conviver no palco político sem rancores tribais. Porém *Veja* ressalta que, nenhum país se recompõe com a arrogância dos vencedores e a intolerância dos vencidos. Tais sentimentos precisam ser substituídos por generosidade e humildade” (VEJA, 2016e).

Para esta mesma revista, “o Brasil precisa superar essa ideia insultuosa de que eleitores de uma região votam com sabedoria, enquanto uns de outra mal sabem o que fazem dentro da cabine de votação. Pois, cada cidadão vota com a consciência que lhe é dado ter. E isso nem sempre é escolha. Para *Veja*, a melhor forma de vencer a polarização política, está em buscar uma visão comum de futuro, capaz de pairar sobre os inevitáveis fossos ideológicos” (VEJA, 2016e).

De acordo com a revista *Veja*, “o país precisa somar forças em torno de questões consensuais, como está acontecendo no combate a corrupção, para se fortalecer diante das enormidades dos escândalos. E um dos itens fundamentais quanto unânime, é a luta contra a brutal desigualdade social no Brasil. Essa revista afirma, que esse ainda é o principal obstáculo para a construção de uma sociedade mais democrática e mais produtiva. Ele espera que o processo de *impeachment* possa marcar o início de um novo tempo” (VEJA, 2016e).

Entre as ideias do editorial, destaca-se:

- O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff está relacionado a polarização na sociedade brasileira e a necessidade de promover uma reconciliação nacional.
- A luta contra a brutal desigualdade social no Brasil, está relacionada ao principal obstáculo para a construção de uma sociedade mais democrática e produtiva.
- O processo de *impeachment* está relacionado ao início de um novo tempo.

2.8 O Verdadeiro Partido De Oposição

Desde de Novembro de 2015, quando começou cogitar a possibilidade da abertura do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, a revista *Veja* se dedicou na cobertura e divulgação das informações recorrentes deste processo a cada passo que ele deu.

Durante mais de um ano, analisando os editoriais da revista *Veja*, num período que vai de setembro de 2015 a fevereiro de 2017, a cada edição publicada, percebe-se uma perseguição

implacável ao Partido dos Trabalhadores (PT) e em especial, ao ex-presidente Luís Inácio Lula Da Silva e a ex-presidenta Dilma Rousseff, personagem principal desse enredo.

Entretanto, essa mesma revista, a Veja, que parece ter tomado partido nessa história, se dedicou a manchar e acabar com a imagem do Partido dos Trabalhadores (PT) e a imagem de Lula e Dilma, respectivamente. Uma história de luta e resistência que levou anos para se consolidar e, em poucos meses, veio a ruir com a ajuda de uma revista com “tendências direitistas” (VEJA, 2016d) que na maioria de seus editoriais que fazem referência ao *impeachment*, sempre o associa a corrupção e os problemas econômicos, que vem de um longo processo histórico/político do país, a um único partido político: o PT.

A manipulação das informações endereçadas aos leitores de Veja é tão clara e evidente, que a revista chega até ser sarcástica em uma determinada edição na qual afirma que: “é com orgulho que Veja registra as oscilações. Por operarem em polos opostos, ora a esquerda ora a direita, elas revelam a retidão com que a revista procura cumprir sua missão de vigiar o poder” (VEJA, 2016d).

Contudo, nesse discurso, a revista Veja deixa bem claro que o polo que ela opera no momento é o da direita e isso reforça cada vez mais a tese do golpe. Afinal, em um cenário em que vários partidos políticos estão envolvidos em esquema de corrupção, apenas o PT ganha destaque negativo nas suas edições. E quando fala de outro partido político em suas páginas, como o PMDB, por exemplo: a revista Veja faz questão de amenizar no discurso dizendo que: “as desconfianças não passam de especulações infundadas” (VEJA, 2016d).

Portanto, agora dá para entender porque que a revista Veja afirma nessa frase: “com orgulho os olhos do Brasil” (VEJA, 2016d). Afinal, esses “olhos”, vigilantes sobre o Brasil, só enxergam o que lhes é conveniente e num momento oportuno. Agindo de forma parcial, tal mídia se comporta como um verdadeiro partido de oposição, quando coloca em movimento uma máquina de propaganda que controla e manipula as informações favorecendo alguns grupos políticos privilegiados, enquanto suja e destrói a imagem de outro, deixando de lado uma pretensa neutralidade. A imparcialidade que de certa forma, deveria existir, deu lugar a um claro posicionamento político que contribuiu para os rumos em que tomou o país.

3 DISCURSOS DA ESQUERDA AGUERRIDA

3.1 Eterno Golpismo

De acordo com a revista Carta Capital, “o *impeachment* de Dilma Rousseff é totalmente impossível a luz da Constituição. Como diz Mino Carta; seria golpe mesmo, conforme conhecimento até do mundo mineral. Mas, para essa mesma revista, golpismo é inerente ao país da casa grande” (CARTA CAPITAL, 2015a). Ou seja, o golpe está intrinsicamente ligado a elite da política brasileira.

Destacam-se neste editorial, as seguintes ideias:

- O *impeachment* não é legal, pois não houve crime de responsabilidade como previsto na Constituição.
- O golpe está relacionado com a casa-grande⁵.

3.2 O Brasil perdeu o Senso

Para a revista Carta Capital, “o debate em torno da trama golpista pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, tornou-se um assunto tão exaustivo, quanto a seu modo, insuportavelmente enfadonho” (CARTA CAPITAL, 2015b). Pois, “aqui no Brasil, estamos a discutir o *impeachment* como se fosse possível rasgar a Constituição, em nome e tão somente, do que nos proporciona, diária e inexoravelmente, a mídia nativa⁶, ou seja, o verdadeiro partido de oposição, a representar ao mesmo tempo, os interesses da casa grande, e o atual estágio da sociedade brasileira” (CARTA CAPITAL, 2015b).

Segundo a revista Carta Capital, “o Brasil é um país que literalmente perdeu o senso. Além, claro, da ridícula ostentação da minoria rica, hipocrisia, arrogância, prepotência, intolerância e ódio de classe” (CARTA CAPITAL, 2015b). Ainda de acordo com a Carta Capital, a cultura da razão está ausente nas frases feitas emboloradas de tanto uso, na ladainha dos editoriais, colunas, artigos, nas diatribes dos tribunos de uma pretensa aristocracia e nas demandas de alegados juristas que ignoram a lei, ou a desrespeitam, nas invectivas dos políticos açodados, entre eles um príncipe dos sociólogos que ninguém leu” (CARTA CAPITAL, 2015b).

⁵ Casa-grande: no meu entendimento, quando o autor usa esse termo no texto, ele está se referindo a elite política brasileira que cuida apenas de seus interesses em detrimento dos interesses da nação.

⁶ Mídia nativa: no meu entendimento é uma mídia patrocinada pela elite da política brasileira, não tem compromisso com a verdade, manipula e distorce as informações em benefício dos poderosos.

São ideias centrais neste editorial:

- Trama golpista está associada ao *impeachment*.
- O *impeachment* está associado a ato que fere a Constituição.
- Mídia é um sujeito do processo de *impeachment* e atua como partido de oposição.
- Há juristas que ignoram a lei.

3.3 Desta Vez Não Dá

Segundo a revista Carta Capital, “há uma operação em curso, que supera o alcance da operação zelotes e todas as outras. A operação ante Lula, ante Dilma, ante PT, precipitada por um afã destruidor capaz de atentados a verdade factual e aos valores e princípios democráticos e republicanos” (CARTA CAPITAL, 2015c).

De acordo com a Carta Capital afirma que, essa “operação a serviço do ódio de classe é ampla e complexa, pois, conta com a instrumentação da mídia nativa e evoca situações pregressas. Não é por acaso que o editorial do Estadão se intitula “Lula e o mar de lama”. Pois é, o fatídico mar de lama em que, segundo O Estadão de 60 anos atrás, então nutrido pela retórica de Carlos Lacerda, soçobrava o palácio do catete, habitado pelo velho Getúlio Vargas” (CARTA CAPITAL, 2015c).

Entretanto, Carta Capital afirma que; “O tempo é outro. Pois, há na trama uma patetice que trai o desespero. Uma dúvida latente dos graúdos, a denunciar a desconfiança na sobrevivência da força esmagadora que, faz 60 anos, alimentava as certezas dos senhores da casa-grande. Algo se deu pelo caminho, além de uma leve melhora nos índices da desigualdade” (CARTA CAPITAL, 2015c).

Neste editorial, percebe-se que:

- Operação zelotes é anti-Lula, Dilma e PT.
- Zelotes está associada: á atentados a verdade factual e aos valores e princípios democráticos e republicanos.
- Eduardo Cunha está associado à viabilidade técnica do *impeachment*.
- A operação zelotes está associada ao ódio de classes.
- Espetáculo está relacionado ao processo de *impeachment*.

3.4 O Espírito do Passado

A Revista Carta Capital explica que; “uma coisa é ser guerrilheiro contra uma ditadura, e outra é sê-lo contra um Estado de direito. Essa é a diferença, digamos, entre Dilma e Cesare Battisti, o assassino que ganhou asilo no Brasil graças à devastadora ignorância nativa, alimentada, inclusive, por muitos ditos esquerdistas nas nossas plagas” (CARTA CAPITAL, 2015d). Por exemplo; “como reagir diante das últimas capas das revistas *Veja* e *Época*? Independentemente das acusações que precisam ser provadas, algo similar não aconteceria, disso tenham certeza, em qualquer país civilizado e democrático” (CARTA CAPITAL, 2015d).

De acordo com a revista Carta Capital, “Dilma Rousseff fez, porém, um governo inquestionável até final de 2013, conforme prova em sua magistral coluna desta edição o professor Delfim Netto. Os problemas fermentaram em seguida, e não apenas como efeito da crise econômica mundial. Os resultados estão aí, e nos penalizam a todos” (CARTA CAPITAL, 2015d). Entretanto, “os adeptos do “Fora Dilma” acham, em boa ou má fé, que o *impeachment* resolve. Nada pior do que golpear fatalmente a nossa incipiente democracia. Do seu lado, Dilma, para não conferir sentido à sua presidência, não tem, na minha opinião, outra saída a não ser encarnar o espírito da guerrilheira prometida, e temida, e não cumprida” (CARTA CAPITAL, 2015d).

Contudo, afirma Carta Capital que; a saída para Dilma enfrentar tal crise, seria “De reencontrar a energia da juventude combativa para assumir a chefia afetiva do governo e reavaliar as políticas até aqui implantadas, e as figuras políticas chamadas a pô-las em prática. E sobretudo, enfrentar de cara aberta uma oposição desvairada, apoiada pelo delírio midiático e favorecida pela tibieza das reações dos seus alvos. Contra as desesperanças, é preciso mostrar imperiosamente que o país não está desgovernado” (CARTA CAPITAL, 2015d).

Neste editorial vemos que:

- Dilma Rousseff está associada à guerrilha.
- A destituição é golpe à democracia brasileira.
- *Impeachment* está associado a solução dos problemas do Brasil.
- Oposição desvairada está associada ao delírio midiático.

3.5 O Homem e a Máscara

Segundo a revista Carta Capital, “Eduardo Cunha é inventor notável de enredos, mas ele próprio é personagem romanesca. Eleito a presidência da Câmara a menos de um ano,

provou que os manobristas políticos da presidenta Dilma não se esmeraram na leitura de Maquiavel. Mostrando também, um traço invulgar da sua personalidade; o prazer do risco” (CARTA CAPITAL, 2015e). Como por exemplo: “como entender, de outra forma, que alguém se atire a um embate parlamentar aparentemente tão renhido, e se disponha, ao vencê-lo, a acuar o governo até colocar em xeque a rainha, digo, a presidenta, a despeito de seu conspícuo telhado de vidro? Como chegar tão longe na ousadia sem imaginar que, mais cedo ou mais tarde, as mazelas viriam à tona? Vieram mais cedo” (CARTA CAPITAL, 2015e).

De acordo com a revista Carta Capital, “Eduardo Cunha é mais um que confia na impunidade, a par da incompetência dos adversários. Quem sabe também ele não se tenha dedicado à leitura de Maquiavel. Nem por isso Cunha tira a máscara. Vendo por este lado, o presidente da Câmara é bem mais interessante do que, digamos, os ministros Levy e Cardozo. Estes não usam máscara, são exatamente o que aparentam ser, não há disfarces para seu escasso alcance” (CARTA CAPITAL, 2015e).

Contudo, “O ministro da Justiça é um ser hesitante, nele, porém, a ausência de certezas não é sinal de mente fervilhante. O ministro da Fazenda, pelo contrário, é munido exclusivamente de certezas, baseadas na devoção ao deus mercado e no emprego de uma calculadora” (CARTA CAPITAL, 2015e). “No começo do seu primeiro governo, Dilma soube como se livrar de algumas figuras incômodas, embora competentes ao cuidarem em primeiro lugar dos seus negócios pessoais. Hábeis operadores, como se diz, mas ambos com suas falhas. Agora, cabe perguntar aos botões se a presidenta saberá livrar-se de outros ministros escassamente eficazes em postos-chave. O ministro da Fazenda, de ceifadeira em punho, entregue à sanha do corte, pronto a sacrificar a maioria pobre qual fosse relvado inculto” (CARTA CAPITAL, 2015e).

Neste editorial, surgem as seguintes ideias:

- Manobras políticas estão associadas à presidenta Dilma.
- Dilma está associada a pessoas incômodas.
- Dilma está associada a ministros escassamente eficazes em postos-chave.

3.6 Tempos de Chantagem

A Revista Carta Capital começa essa edição com um questionamento; “em qual país dito democrático o destino do governo e do seu partido fica sujeito á chantagem do presidente da Câmara dos Deputados, disposto a vender caro a sua pele de infrator”? (CARTA CAPITAL, 2015f). E mais ainda, “somos espectadores de um enredo assustador, a negar a democracia que

acreditamos viver, mas nem todos entendem que o espetáculo é trágico. O PT nega-se a uma capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade, logo Eduardo Cunha parte para a vingança. Também o gesto do presidente da Câmara é tipicamente brasileiro, ao exprimir a situação de um país que há tempo perdeu o senso e a compostura. Se já a teve, a capacidade de entender a gravidade do momento político, sem contar o aspecto pueril e os complicadores econômicos e sociais” (CARTA CAPITAL, 2015f).

Segundo a revista Carta Capital, “o governo jogou contra si mesmo, ao ensaiar a rendição à chantagem: desenhou-se nas últimas semanas a tendência a instruir os integrantes petistas da Comissão a votarem a favor de Cunha, donde a pergunta inevitável do cidadão atento aos seus botões: quer dizer que todos os envolvidos têm telhado de vidro? Ora, ora, *impeachment* era, e continua a ser, golpe.

E quanto a Cunha, suas mazelas são mais que evidentes. Então, por que o governo cederia à chantagem? Quem se deixa acuar está perdido” (CARTA CAPITAL, 2015f). Entretanto, em tempo de chantagem, a delação premiada resulta dela também, a partir de prisões preventivas que põem em xeque a presunção da inocência, o indispensável *in dubio pro reo*. Esta é a democracia á brasileira, diariamente chantageada pela mídia nativa. Segundo uma pesquisa data folha, a maioria dos entrevistados enxerga na corrupção o calcanhar de Aquiles do país” (CARTA CAPITAL, 2015f).

Carta Capital afirma ainda que, “é certo que a corrupção, não passa de uma consequência de 500 anos de desmandos na terra da predação. O poder verde-amarelo muda seu endereço, mas não altera propósitos e comportamentos. É sempre o mesmo, desde as capitânias hereditárias. Feroz, hipócrita, velhaco. E impune” (CARTA CAPITAL, 2015f).

Com isso, “permanece, em pleno vigor, a lei do mais forte, e desta brotam os nossos males, a começar pela desigualdade, pelo assassinio anual de mais de 60 mil brasileiros, pelo caos urbano. E assim por diante. Supor que a situação atual tem alguns responsáveis, identificados pela lava jato, não esclarece a real dimensão do problema. Responsável é quem usa o poder em proveito próprio. Colonizadores, escravagistas, bandeirantes, capitães do mato, os senhores do império, os militares golpistas que proclamaram a República etc. etc.” (CARTA CAPITAL, 2015f).

De acordo com a Carta Capital, “o governo tucano em oito anos cometeu as maiores infâmias contra os interesses nacionais, esvaziou as burras do Estado, organizou com as privatizações a maior bandalheira da história brasileira, comprou votos a fim de reeleger FHC, para não mencionar as aventuras do filho do então presidente, grandiosas e silenciadas. Quem pode, pode” (CARTA CAPITAL, 2015f).

Contudo, “Lula, Dilma e o PT são intrusos nesta pantomima e esta presença, usurpada na visão dos antecessores no poder, explica por que hoje são visados como únicos réus. A eleição do ex-metalúrgico em 2002 ofereceu uma esperança de renovação, e assim pareceu divisor de águas no rumo do progresso. No poder o PT portou-se como os demais partidos (partidos?) e os bons augúrios minguaram progressivamente. É bom, para a dignidade do governo e do seu partido que enfim não capitulem diante da chantagem de Eduardo Cunha” (CARTA CAPITAL, 2015f).

Porém, “seria o suicídio. Infelizmente, há muitos outros erros morais e funcionais, falhas, deslizos, e até tramoias, trambiques, falcatrias, a serem remidos, e não é fácil imaginar que o serão. Às vezes me colhe a sensação de que atravessamos a fase final do longo processo da decadência crescente e inexorável de um país destinado a ser o paraíso terrestre e condenado ao inferno por sua elite, voltada a cuidar exclusivamente dos seus interesses em detrimento da Nação. E de administrá-los contra a lei, se necessário. Na circunstância, cheia de riscos e incógnitas, a saída pela Justiça soa como o recurso natural. Não seria o STF o guardião da Constituição ofendida, o último defensor do Estado de Direito”? (CARTA CAPITAL, 2015f).

Neste editorial, percebe-se que:

- O destino do governo está relacionado com a chantagem do presidente da Câmara dos deputados.
- Enredo assustador está associado a uma democracia invisível com um final trágico.
- O PT está associado a rendição desonrosa.
- Eduardo Cunha está associado a falta de senso e compostura.
- A gravidade do momento político está associada aos complicadores econômicos e sociais.
- O impedimento está associado ao golpe.
- Chantagem está relacionada a delação premiada.
- Prisões preventivas estão relacionada a presunção da inocência.
- Democracia brasileira está relacionada a chantagem da mídia nativa.
- STF é tido como o guardião da Constituição ofendida.
- STF é tido como o último defensor do Estado de direito.

3.7 Chamem o Cunha

Segundo a revista Carta Capital, “em 1964, a casa grande teve que chamar o exército para dar o golpe. Hoje, basta chamar o Cunha. Os fatos que se interpõem entre a derrubada de João Goulart e a atual tentativa de derrubar Dilma Rousseff explicam paradoxalmente a diferença entre os executores do passado e do presente. Ao fim da ditadura, o Brasil pretendeu apresentar-se ao mundo como país de democracia reencontrada, e houve quem acreditasse, aqui e lá fora, que era para valer. E é à sombra de um simulacro que se movem as personagens do novo enredo” (CARTA CAPITAL, 2015g). Porém, “é difícil classificar o espetáculo profundamente brasileiro que somos obrigados a assistir conforme os usuais padrões teatrais, rico, denso, de todo modo, a levar ao palco personagens vivas e os fantasmas de antanho, gerações e gerações. Quem sabe mistura de tragédia, ópera-bufa, farsa, teatrinho dos Pupi sicilianos com patrocínio mafioso” (CARTA CAPITAL, 2015g).

Segundo a revista Carta Capital, ao chamar Cunha e visar o *impeachment*, arma-se a frente ferozmente disposta a rasgar de vez a Constituição de 88 e a enterrar o nosso penoso arremedo de democracia. As razões do pedido de impedimento são inconsistentes, é do conhecimento até do mundo mineral (como diz Mino Carta) que os formuladores das motivações jurídicas não atingiram o estágio do quartzo ou do feldspato” (CARTA CAPITAL, 2015g).

De acordo com a revista Carta Capital, “Cunha age ao sabor de tecnicidades introduzidas por uma grotesca pretensão democrática em pleno vigor da Idade Média. Difícil classificar o espetáculo profundamente brasileiro que somos obrigados a assistir conforme os usuais padrões teatrais, rico, denso, de todo modo, a levar ao palco personagens vivas e os fantasmas de antanho, gerações e gerações” (CARTA CAPITAL, 2015g). Ainda para esta revista, “Cunha, o grande operador, já deveria estar cassado, a amargar o julgamento do STF. Ah, sim, a Justiça... Em qual país civilizado e democrático um Cunha poderia arcar com o rol que o momento lhe atribui diante da indiferença de muitos e a aprovação, até eufórica, de outros tantos?” (CARTA CAPITAL, 2015g).

Contudo, Carta Capital afirma que, “Dilma ao dizer, em nome do governo, “nós não cometemos delitos”, como se aos adversários quisesse amparar-se em provas de mazelas imperdoáveis para sustentar o *impeachment*, não percebe que a intenção não é provar coisa alguma, e simplesmente enxotar do Planalto sua legítima inquilina, à revelia da Constituição” (CARTA CAPITAL, 2015g). Portanto, “vale a pena tirar os olhos do palco, para encarar a plateia. Quantos ali acreditam que o impedimento equivale a salvar o país em meio a um ciclone

causado exclusivamente pelo PT e seus dois presidentes? Quantos esquecem o que representou para o Brasil a Presidência de Lula, e também a de Dilma, ao menos nos três primeiros anos? Quantos ignoram que a maioria das acusações desfechadas pela Lava Jato precisam ser provadas, bem ao contrário dos trambiques de Cunha? Quantos caem no engodo urdido diariamente pela mídia nativa, alinhada como sempre de um lado só, compactamente a favor do *impeachment* e, portanto, dedicada a promover o arbítrio, a irresponsabilidade, a ignorância?” (CARTA CAPITAL, 2015g).

De acordo com a revista Carta Capital, “a esperança há de ser oposta aquela destes espectadores, que o impedimento naufrague e Dilma permaneça onde está. Ainda há tempo para impedir o desastre final. Ainda há tempo para dar outro rumo à política econômica, embora seja evidente que a crise não se deve apenas aos erros do governo. Pesam também os efeitos da Lava Jato, as tempestades a varrer o mundo e as debilidades do Brasil, até hoje exportador de commodities” (CARTA CAPITAL, 2015g). Porém, hoje para a casa-grande é indispensável impedir a permanência do PT no comando. Por mais decepcionante que tenha sido o comportamento do partido depois da eleição de 2002, há decisões que um governo petista jamais tomaria. Com o golpe, fica aberto o caminho da privatização da Petrobrás, incluída a negociação do pré-sal, com as sete irmãs. E do retorno a condição de satélite de Washington” (CARTA CAPITAL, 2015g).

Neste editorial, é perceptível que:

- O golpe de 64, com o exército, está relacionado com o golpe de 2016, com o Cunha.
- Os executores do passado estão relacionados com os do presente.
- Cunha tem relação direta com o *impeachment*.
- A Constituição de 88 tem relação com a democracia.
- As razões do pedido de impedimento estão relacionadas por motivações jurídicas.
- Dilma está relacionada a delitos.
- O impedimento está relacionado a salvar o país.
- Mídia nativa está relacionada a um lado só, e a favor do *impeachment*.
- O impedimento está associado ao desastre final.
- A casa grande está associada a impedir a permanência do PT no poder.
- O golpe está relacionado com a privatização da PETROBRAS e a negociação do pré-sal.

3.8 O Patético complô

De acordo com a revista Carta Capital, “é golpista a tentativa de *impeachment* de Dilma Rousseff, é também por igual pateticamente golpista a manobra urdida em várias frentes na busca frenética de motivos para incriminar Lula” (CARTA CAPITAL, 2016a). No entanto, para essa mesma revista: “Há regiões que progrediram em todos os sentidos. O Nordeste, por exemplo, outrora dos coronéis e do voto de cabresto, hoje politizado em boa medida. E quantos brasileiros, efetivamente, são alcançados pela campanha ante Lula? Não chega aos que vivem no limbo, e são dezenas de milhões, e aos que enxergam em Lula o melhor presidente da República pós-ditadura, e não se enganam” (CARTA CAPITAL, 2016a). Porém, “a conspiração fermenta debaixo dos nossos olhos, capaz até de desprezar a contribuição dos profissionais da política para conluiar a mídia, verdadeiro partido de oposição, alas da PF e do MP, um ou outro ministro do Supremo (não é preciso declinar nomes) e líderes empresariais de um país que até hoje basicamente exporta commodities” (CARTA CAPITAL, 2016a).

Contudo, a revista Carta Capital afirma que; “O que espanta de verdade, e tolhe a gargalhada que de outra forma mereceria saudar o esforço de quem até o momento furou a água, é a inércia governista e o pífilo comportamento do PT, o partido que no poder portou-se como os demais. Sobrou o lugar-comum, quase a confissão da impotência, sem falar da apatia de um governo que se deixa acuar. Não são bons sinais, revelam a falta de rumo em um Brasil à deriva. A conspirata se dá antes de mais nada contra o próprio País e são poucos os que escapam à derrocada geral” (CARTA CAPITAL, 2016a).

“A conclusão é inescapável, estamos muito longe da maturidade de uma nação habilitada à democracia. De fato, inexistem na prática os poderes ensinados por Montesquieu, enquanto a crise grassa e fatias da população, beneficiadas pela política social de Lula, descem os degraus galgados nos últimos anos” (CARTA CAPITAL, 2016a).

Uma ideia se destaca neste editorial:

- O *impeachment* de Dilma Rousseff está associado aos motivos para incriminar Lula.

3.9 Quem é Líder?

Segundo a revista Carta Capital, “o golpe que por hora afasta Dilma Rousseff, figura que apenas faz parte do começo de uma pauta mais complexa e extensa, a qual vai muito além da confirmação do *impeachment*. É do conhecimento até do mundo mineral (como diz Mino

Carta) que a mira da casa grande está alçada na direção de Lula e do PT” (CARTA CAPITAL, 2016b). Porém, “como destruir o único, autêntico líder popular? A aposta dos censores para excluí-lo pela força do próximo pleito presidencial manda colocar todas as fichas na prisão do ex-presidente por obra e graça da determinação do juiz Sergio Moro” (CARTA CAPITAL, 2016b).

Portanto, “antes de mais nada, vale a seguinte pergunta: quantos haverão de ser presos antes de Lula, para, ao cabo, alcançá-lo? Quem poderá ser poupado? Neste exato instante, a delação premiada de Marcelo Odebrecht alimenta os pesadelos de muitos senhores do poder. Inúmeros. Como conciliar os interesses dos golpistas com a sanha dos magistrados curitibanos, o nihil obstat do Ministério Público Federal e o clangoroso silêncio do Supremo Tribunal? Apresenta-se, isto sim, um conflito de árdua composição, se não impossível. Beco sem saída” (CARTA CAPITAL, 2016b).

Contudo, “há outro aspecto, importantíssimo: convém prender o único, autêntico líder popular brasileiro, sem fazer dele um mártir, como o próprio Lula já disse com um sorriso? Uma ação deste porte precipitaria as incógnitas poderosas de uma situação nunca dantes navegada, e de desfecho imprevisível” (CARTA CAPITAL, 2016b).

O que fica evidenciado neste editorial é que:

- O golpe está relacionado a uma pauta mais complexa e extensa na direção de Lula e PT.

3.10 A Farsa Trágica

Segundo a revista Carta Capital, “as consequências das políticas que o governo Temer já começa a pôr em prática no plano econômico, tem implicações profundas no campo internacional. Para essa mesma revista, o golpe tramado na casa- grande, a consagrar a incompatibilidade entre Brasil e democracia, significa a liquidação do país, do seu presente e do seu futuro” (CARTA CAPITAL, 2016c).

A revista Carta Capital afirma que, “estamos habilitados a encenar um espetáculo único, com a extraordinária participação de um elenco vasto e bem afinado. Desde parlamentares corruptos que se arrogam a julgar a presidenta eleita para substituí-la por um governo ilegítimo, até juízes da suprema corte que atuam politicamente ao se prestar a declarações sobre assuntos em juízo e se calam diante do assalto a Constituição. E servem assim, ao propósito principal do golpe” (CARTA CAPITAL, 2016c).

De acordo com a revista Carta Capital, “existe um grupelho de promotores milenaristas a serviço de um magistrado de primeira instância, obcecado pelo decisivo e ambicioso projeto de incriminar um ex-presidente que não somente comandou o melhor governo pós-ditadura, mas também é o favorito da próxima eleição presidencial” (CARTA CAPITAL, 2016c). Para essa mesma revista, os social-democratas são imbatíveis como interpretes dos humores e vontades da casa- grande. A qual, neste golpe, conta com a Polícia Federal para substituir os jagunços de antanho” (CARTA CAPITAL, 2016c).

Para a revista Carta Capital, “a mídia nativa foi insubstituível na operação de transformar o mal em bem. Sua contribuição a manobra foi determinante, superou-se na vocação de inventar, omitir e mentir, sustentando a obra desta força tarefa integrada por magistrados e policiais, empresários e congressistas. Barões midiáticos e seus sabujos, em busca de um Grand finale que transcende o *impeachment* de Dilma Rousseff” (CARTA CAPITAL, 2016c). No entanto, Carta Capital ressalta que, “é a casa- grande que mantém de pé a senzala para continuar a cavaleiro dos eventos, livre de irreparáveis ameaças. Porém, a política exterior do governo Lula foi capaz de abalar esse gênero de sujeição” (CARTA CAPITAL, 2016c).

Contudo, a revista Carta Capital fala ainda, do “surgimento de personagens de certa forma, surpreendentes. Como por exemplo; Cristovam Buarque, o qual veio a dizer que Dilma cometeu, sim, crime de responsabilidade, de pequeno porte, talvez pecadilho, mas inconfundível ato delituoso” (CARTA CAPITAL, 2016c).

Fica evidenciado neste editorial que:

- O golpe tramado na casa-grande se relaciona com a incompatibilidade entre Brasil e democracia.
- Juízes da suprema corte estão relacionados ao assalto à Constituição.
- Os socialdemocratas estão relacionados com os humores e vontades da casa-grande.
- A mídia nativa está relacionada com a operação de transformar o mal em bem, de inventar, omitir e mentir.
- A mídia nativa está relacionada com o grand-finale que transcende o *impeachment*.
- Dilma está relacionada ao crime de responsabilidade.

3.11 Em Busca da Consciência

Segundo a revista Carta Capital, “um especialista em humores da casa-grande, expõe a tese de que o golpe foi desfechado na previsão de uma reação internacional adversa, e nem por isso capaz de alterar a rota. Todos os riscos haveriam de ser corridos para atingir o objetivo de destruir o Partido dos Trabalhadores” (CARTA CAPITAL, 2016d).

De acordo com essa mesma revista, “são imediatas as consequências do golpe praticada contra a nossa frágil democracia. O golpe em andamento em relação ao PT, pois a tarefa será cumprida somente se Lula for definitivamente afastado da corrida presidencial marcada para daqui a dois anos. E este é definitivamente o propósito dos golpistas” (CARTA CAPITAL, 2016d).

Para a revista Carta Capital, “a política exterior do governo Lula, desvencilhou o Brasil da tradicional sujeição as vontades de Washington, com evidentes vantagens para o país. Porém, no mundo atual, a repercussão negativa do golpe brasileiro não parece conveniente para um país necessitado de investimento estrangeiro, a contar exclusivamente com capitais que aqui chegam apenas para engordar” (CARTA CAPITAL, 2016d). Contudo, cabe uma pergunta; “era o golpe o que o povo brasileiro queria? Talvez não seja o caso de imaginar um país rachado por uma polarização exacerbada.

Porém, a insatisfação popular fermenta, tanto mais porque manifesta sem meios termos, por milhões de cidadãos outrora tidos como “cordiais”, no sentido de resignados, para não dizer covardes. A violência de um aparato policial digno de uma ditadura, pronto a intervir ao mínimo aceno de rebeldia, prova a semelhança com situações já vividas por outros países oprimidos por regimes antidemocráticos” (CARTA CAPITAL, 2016d).

De acordo com a revista Carta Capital, “a ilegitimidade do governo Temer é nítida aos olhos estrangeiro, e o “fora Temer” já sobrepuja o tom e o efeito do “fora Dilma”. Bons sinais em meio ao caos. Quem sabe algum dia o brasileiro do futuro próximo, espero, possa dizer que o golpe de uma quadrilha a serviço da casa-grande teve o condão de despertar a consciência nacional” (CARTA CAPITAL, 2016d).

Neste editorial, fica patente que:

- O golpe está relacionado com o objetivo de destruir o Partido dos Trabalhadores.
- O golpe praticado contra a frágil democracia brasileira, está relacionado com o afastamento definitivo de Lula da corrida presidencial.
- O golpe no Brasil está associado a repercussão negativa no mundo.
- O golpe está relacionado ao povo brasileiro.

- O golpe está relacionado a regimes anti-democráticos.
- O “Fora Temer” está relacionado ao “Fora Dilma”.

3.12 Mea-Culpa

A revista Carta Capital ressalta uma pergunta; “que pretende o golpe ainda em andamento? Para essa revista, a resposta é muito simples, o golpe pretende detonar toda forma de resistência, a começar pelo PT, e seu líder Lula. Pois, dias de perseguição virão” (CARTA CAPITAL, 2016e).

Para a revista Carta Capital, “é evidente que um regime de exceção está em pleno vigor, e quem não o percebe não enxerga a si mesmo, até quando se mira no espelho. Porém, a revista Carta Capital afirma que, poucas pessoas tem condições de entender, que somos todos vítimas de uma mídia nativa, mentirosa e velhaca, a qual humilha a língua portuguesa e mergulha na vulgaridade, apoiando-se em quantos a consideram “grande” e lhe repetem invenções, inverdades, mentiras” (CARTA CAPITAL, 2016e).

Segundo a revista Carta Capital, “há toda uma história de golpe, mas este que nos vitima, é o mais autêntico, exposto, clamorosamente direto: a casa-grande o assume sem disfarces, ou seja, sem se esconder atrás de um aparato bélico. Contudo, ainda para essa mesma revista, vivemos uma ditadura feroz e, receio, duradoura, a despeito das incertezas que cercam o presidente da República, Michel Temer, mesmo porque ele não é o ditador” (CARTA CAPITAL, 2016e).

A revista no editorial, posiciona-se no sentido que:

- O golpe está relacionado com resistência e perseguição.
- O golpe está relacionado com a casa-grande.

3.13 Golpistas e Usurários

A revista Carta Capital afirma que, “o Estado mínimo que os golpistas no momento nos impõe, vai além do fascismo e joga ao lixo até a garantia dos trabalhadores reconhecida pela ditadura totalitária do Duce. Porém, o estado de exceção que hoje nos vitima, é simplesmente entreguista e loteia o país para vendê-lo a quem se apresentar, por via direta ou por meio das privatizações” (CARTA CAPITAL, 2016f).

Contudo, para a revista Carta Capital, “a casa-grande privilegia ao mesmo tempo os usurários indígenas e o capital estrangeiro. Mais que sandice pura, é crime cometido contra a

soberania nacional e os interesses da maioria dos cidadãos, mesmo aqueles que não tem consciência da cidadania. Mas, o que esperar dos planos tresloucados do governo da casa-grande? A curto prazo, a maior crise da história, de consequências imprevisíveis e, certamente, de imensa, irreparável gravidade” (CARTA CAPITAL, 2016f).

Ainda para Carta Capital, “o capítulo em andamento de um enredo, de início tragicômico e agora somente trágico, nos empurra para o desastre ciclópico, a hecatombe material e moral, geral e irrestrita. Pois, a contribuição da ignorância e da parvoíce verde-amarela a tal desfecho é determinante” (CARTA CAPITAL, 2016f).

Neste editorial, destaca-se que:

- O Estado mínimo está relacionado com os golpistas e o fascismo.
- A casa-grande está relacionada com o crime contra a soberania nacional.

3.14 Racha Intestino

De acordo com a revista Carta Capital, “um racha se define progressiva e impetuosamente entre as forças golpistas, e o pomo da discórdia é a própria Lava-jato. Cada vez mais escancarada a postura de cada facção. Um único objetivo ainda as une: alijar Lula da corrida presidencial” (CARTA CAPITAL, 2017). “Mas é possível admitir, ao cabo destes anos todos de tormento, que o único objetivo da operação curitibana seja impedir o ex-presidente de voltar a sê-lo nos braços do povo? Porém, tudo é possível no Brasil do golpe. Contudo, que dirá o Brasil diante da violência cometida contra o seu grande líder? Como afirma Raduan Nassar, ao receber o prêmio Camões, “vivemos tempos sombrios, muitos sombrios”. Até quando o povo brasileiro aguentará tanta privação, tanta humilhação, tanta prepotência”? (CARTA CAPITAL, 2017).

Contudo, para a revista Carta Capital, “a comparação entre os tempos do governo Lula e os dias de hoje também, enquanto grassa o conflito nas hostes golpistas. O quadro é sombrio, está claro, passível, porém, de revelar um país que a casa-grande não imagina. Porém, diante da fratura a se alargar dentro das forças golpistas, em um país privado pela força e pela insensatez das suas instituições, que comportamento tomará a mídia nativa? Contra ou a favor da messiânica operação curitibana”? (CARTA CAPITAL, 2017). No entanto, afirma Carta Capital, “o apoio midiático a Lava-jato foi maciço e constante, em benefício dos vazamentos seletivos. Em momento algum a propaganda do pseudojornalismo deixou de projetar a Lava Jato como a imbatível ponta de lança do combate à corrupção. Nada contra esta sacrossanta batalha, desde que, ao contrário da operação em curso, não poupe quem quer que seja. Desde

que não atue politicamente na tentativa de destruir um partido e seu líder. Desde que não cometa irregularidades imperdoáveis e ofenda gravemente a própria lei que pretende aplicar” (CARTA CAPITAL, 2017).

Neste editorial, observa-se que:

- O Brasil do golpe está relacionado com o único grande líder.

3.15 Análise dos Discursos da Revista Carta Capital

Considerando o período entre Setembro de 2015 a Fevereiro de 2016, fiz a análise dos editoriais da revista Carta Capital e, a cada edição publicada, essa revista faz menção pra uma existência de um golpe em andamento, com o objetivo de eliminar o Partido dos Trabalhadores, o PT, da presidência da república.

Como se fosse possível rasgar a Constituição brasileira, em nome apenas da mídia nativa, que segundo a revista Carta Capital, faz o papel de partido de oposição, representando somente os interesses da casa-grande (CARTA CAPITAL, 2015b). Na verdade, a mídia nativa atende apenas os interesses de uma minoria rica, arrogante, intolerante e prepotente, cheia de ódio de classe, o qual alimenta uma operação em curso intitulada pela revista Carta Capital de operação anti-Lula e Dilma, mas sobretudo anti-PT (CARTA CAPITAL, 2015b; CARTA CAPITAL, 2015c).

Assim, quem está por trás dessa operação a serviço do ódio de classe não suporta ver uma melhora nos índices da desigualdade; não suporta ver a ascensão dos miseráveis para a classe média. Não suporta saber que o filho do pobre, agora tem acesso à universidade pública – a mesma que o seu filho rico estuda. Não tolera, sequer, que o pobre possa sonhar em ter uma vida melhor e digna. Enfim, quer eliminar aqueles que lutaram e permitiram essas possibilidades.

Em cada nova edição, a revista Carta Capital faz apontamentos a respeito da influência da mídia nativa em convencer os adeptos do “Fora Dilma” de que o *impeachment* era a solução para o país. Um golpe fatal na nossa frágil e incipiente democracia (CARTA CAPITAL, 2015d).

Outro apontamento feito pela revista Carta Capital, é a chantagem feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha ao PT, como não obteve êxito nas suas investidas, logo assumiu a sua parte no golpe e deu abertura ao processo de *impeachment* na Câmara (CARTA CAPITAL, 2015f). Fazendo isso, Eduardo Cunha rasgou de vez a Constituição de

1988, pois, as razões para o pedido de impedimento eram inconsistentes. Porém, o impedimento não naufragou e Dilma Rousseff foi destituída do cargo (CARTA CAPITAL, 2015f).

A revista Carta Capital ressalta que o golpe desferido pela casa-grande para impedir a permanência do PT no poder também abriu caminhos para as privatizações, inclusive da PETROBRAS com a venda do pré-sal. Essa mesma revista afirma que o *impeachment* de Dilma Rousseff é golpe mesmo, assim também é golpe as várias tentativas de incriminar o ex-presidente Lula.

Contudo, o PT se mostra impotente e acuado diante das acusações e, com isso, a conspiração por baixo da trama golpista vai tomando proporções que em pouco tempo as políticas sociais de Lula e os grandes feitos de seu governo desaparecem e darão lugar a corrupção, a qual ficou a cabo da mídia nativa espalhar (CARTA CAPITAL, 2016a).

A revista Carta Capital evidencia em alguns de seus editoriais que o principal objetivo do golpe instaurado por meio da operação lava jato, era de fato, destruir o Partido dos Trabalhadores, tirando o Lula da corrida presidencial definitivamente. E assim o fez, mantendo preso o maior líder popular brasileiro (CARTA CAPITAL, 2016a).

Com isso, a mídia nativa teve um papel fundamental em transformar o mal em bem, e vice e versa. Agindo politicamente, a sua contribuição na trama golpista foi insubstituível e determinante (CARTA CAPITAL, 2016c). Afinal, o *impeachment* de Dilma Rousseff era apenas o início de algo bem maior.

Como observa Lopes (2016), algumas mídias estavam fazendo campanhas partidárias, sucessivamente contra o PT e o governo Dilma Rousseff. Foram várias manchetes chamando o povo para as ruas, para manifestar-se contra o governo vigente. Fala-se numa articulação nunca antes vista na história do jornalismo brasileiro, orquestrada pelas quatro famílias detentoras das mídias de maior circulação no Brasil. Deixaram suas rivalidades competitivas à parte e uniram-se para derrubar o Partido dos Trabalhadores.

4 DIREITA E ESQUERDA EM DISPUTA

Na visão de Nogueira (2016), o *impeachment* de Dilma Rousseff, não feriu a constituição brasileira por ter seguido os trâmites jurídicos, políticos legais, sendo supervisionado de perto pelo Supremo Tribunal Federal, apesar de admitir que houve uma manobra política, cercada de interesses de políticos ressentidos com os resultados das eleições anteriores. Portanto, Veja defende essa ideia de legalidade jurídica do impedimento com base na lei nº 1.079 para sustentar tal argumento de que: “O *impeachment* não é guerra. Também não é golpe. O *impeachment* é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos na lei desde 1950” (VEJA, 2015a).

Porém, essa lei específica que fundamenta o *impeachment*, de fato, não está escrito na Constituição; existe sim no art. 52 parágrafo I, o qual está explicitado a competência que é atribuída ao Senado Federal de processar e julgar o presidente da república e o vice (BRASIL, 2016). É neste sentido que a revista Carta Capital reforça o argumento de que o *impeachment* não é legal, pois não houve crime previsto na Constituição brasileira. Por isso, ela afirma que a destituição é golpe, o qual para essa mesma revista, está intrinsicamente ligado a casa-grande.

O *impeachment* de Dilma Rousseff é totalmente impossível a luz da Constituição. Se quiserem mandar as aparências as favas, seria golpe mesmo, conforme conhecimento até do mundo mineral. Mas golpismo é inerente ao país da casa-grande (CARTA CAPITAL, 2015a).

Afirma a revista Veja que o *impeachment* não pode acontecer antes que o presidente tenha esgotado todos os recursos legais a sua disposição. Se assim não o fosse, poderia desestabilizar a preservação da ordem democrática. Porém, essa revista coloca o *impeachment* como sendo superior ao voto popular quando diz que:

Um *impeachment* concluído sem que o dono do mandato tenha esgotado seus recursos legais abriria um precedente perigosamente desestabilizador. Executado estritamente dentro do rito regimental, o *impeachment* é tão legítimo para destituir um presidente, quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política no país (VEJA, 2015a).

Já a revista Carta Capital, se refere ao processo de *impeachment* como sendo uma trama golpista, tecida por seus opositores e até aliados da Presidenta Dilma Rousseff, com a ajuda da mídia nativa e o financiamento da casa-grande. O *impeachment* na visão de Carta Capital, é um

ato que fere e rasga a Constituição, pois estão passando por cima da nossa carta magna como se ela não tivesse valor. Contudo, a mídia nativa nesse processo, em especial, faz o papel de oposição, representando somente os interesses da casa-grande.

Entende-se que o mundo se preocupe com o futuro, mas nós aqui estamos a discutir o *impeachment* como se fosse possível rasgar a Constituição em nome, apenas e tão somente, do que nos proporciona, diária e inexoravelmente, a mídia nativa, ou seja, o verdadeiro partido de oposição a representar, ao mesmo tempo, os interesses da casa-grande e o atual estágio da sociedade brasileira (CARTA CAPITAL, 2015b).

É como Almeida e Lima (2012) nos falam que algumas mídias não tem mais o compromisso de informar a verdade, de fazer um jornalismo sério. Elas estão a serviço de grupos privilegiados em defesa de seus próprios interesses.

A revista Veja acredita na beleza do processo do *impeachment*, no sentido de que ao seu final, surgirá um presidente e um Congresso inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade, basicamente um salvador da pátria que reduzirá a inflação, que investirá mais na Educação, na saúde e na segurança pública.

A beleza do processo de *impeachment* está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for o seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mais inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade sem inflação, da segurança pessoal, da saúde e da educação de qualidade (VEJA, 2015a).

Isso nos mostra o quanto a revista Veja estava focada em convencer os seus leitores de que o *impeachment* resolveria os problemas enfrentados pelo país, problemas esses que só pioraram, pois todos sabem o que aconteceu depois de o *impeachment* ter sido concluído.

O presidente interino Michel Temer deu início a uma série de reformas, além de aprovar a PEC 241 do teto de gastos, mais conhecida como a PEC do fim do mundo, que congelou os investimentos em educação e saúde por vinte anos. Gomes (2016) deixa bem claro em seu texto, esse tabelamento dos gastos públicos em saúde e educação que provavelmente irá afetar a vida de milhões de brasileiros.

Contudo, a revista Carta Capital, nos mostra o quanto as pessoas estavam cegas, sendo manipuladas pela mídia o tempo todo, a ponto de acreditarem que: “os adeptos do Fora Dilma acham, em boa ou má-fé, que o *impeachment* resolve. Engana-se, obviamente. Nada pior do que golpear fatalmente a nossa incipiente democracia” (CARTA CAPITAL, 2015d).

A revista Veja aponta que as “investigações da Lava- jato descobriu o esquema de propinas do PT na Petrobrás, onde segundo a Veja, foram feitos pagamentos secretos no exterior por serviços prestados a campanhas eleitorais do PT e o principal beneficiário foi o marqueteiro João Santana que trabalhou nas duas campanhas de Dilma Rousseff e na campanha de Lula em 2006” (VEJA, 2016a).

Encontro aqui uma contradição entre o que diz a revista Veja no trecho acima, onde ela fala do esquema de propinas do PT na Petrobrás, e as declarações de Mônica Moura (mulher de João Santana) feitas à polícia Federal. Ocasão em que “Mônica Moura, mulher de João Santana, confessou aos policiais federais que investigam o caso ter recebido dinheiro de caixa dois no exterior, em nome da empresa de que é proprietária junto com o marido. Mônica reconheceu que a origem do dinheiro era a empreiteira Odebrecht, mas disse que os recursos se referem às campanhas que Santana e ela fizeram na Venezuela em 2011” (VEJA, 2016a).

Veja fala que a utilização de dinheiro sujo nas campanhas eleitorais de Dilma Rousseff poderia leva-la a perda do mandato.

Pela letra fria da lei, sem margens para interpretações, utilizar-se de dinheiro sujo em campanha eleitoral é fator determinante para a perda de mandato. Por essa razão, a prisão de Santana abre caminho para a investigação da campanha de Dilma. Com consequências funestas para a presidente caso as provas do uso de dinheiro sujo sejam aceitas pelo tribunal superior eleitoral (TSE). Por mais que tente, o governo Dilma não consegue afastar-se dos fantasmas do passado e das ameaças que eles representam (VEJA, 2016a).

Porém, o que levou a perda do mandato de Dilma Rousseff, foram as pedaladas fiscais, o crime imputado à Presidenta em questão. Então, cabe aqui uma pergunta: por que algo mais simples, o qual foi considerado uma prática corriqueira em outros governos, foi usado como um crime de responsabilidade fiscal para derrubar uma Presidenta eleita democraticamente? Enquanto que, alguns políticos de outros partidos, Senadores até, foram filmados recebendo propinas, mala e caixas de dinheiro e nada aconteceu. Esses mesmos políticos foram as ruas pedir o *impeachment* de Dilma Rousseff, com um discurso de que queriam varrer a corrupção do Brasil, um tanto contraditória essa atitude, pra não dizer cômica.

E mais contraditório ainda e intrigante até, é um trecho de um editorial em que a revista Veja fala dos rumos do processo do *impeachment*, dizendo assim: “seus rumos e seus desfechos não são determinados pela força ou fraqueza das evidências de autoria do crime imputado ao presidente, mas pelo somatório de forças contra e a favor de sua destituição” (VEJA, 2015a).

Ou seja, não importa o crime cometido pela Presidenta, o que importa aqui, é a quantidade de pessoas dispostas, ou que querem incriminá-la. Não tem relevância o crime, o

mais importante é reunir o maior número de votos a favor da destituição. Ou seja, as “pedaladas fiscais”, foram utilizadas como pretexto para justificar a destituição da presidenta Dilma Rousseff.

Já a revista Carta Capital, faz apontamentos para uma organização sociopolítica baseada em privilégios, uma minoria rica, arrogante, hipócrita, intolerante e prepotente, cheia de ódio de classe. Junto desses aristocratas, estão políticos e juristas que ignoram e desrespeitam as leis em favor da casa-grande. A revista diz em um editorial que:

Se algum dia nos habilitamos a cultura da razão, esta soçobrou como um barco furado. Está ausente nas frases feitas emboloradas de tanto uso, na ladainha dos editoriais, colunas, artigos, nas diatribes dos tribunos de uma pretensa aristocracia, nas demandas de alegados juristas que ignoram a lei, ou a desrespeitam, nas invectivas dos políticos açodados, entre eles um príncipe dos sociólogos que ninguém leu (CARTA CAPITAL, 2015b).

A revista Carta Capital aponta para a existência de uma operação em curso que supera todas as outras, é uma operação a serviço do ódio de classe e movida pela mídia, seria capaz de passar por cima de tudo e de todos para conseguir que o *impeachment* de fato acontecesse, apesar de ser questionada a sua viabilidade técnica. Por isso, a revista Carta Capital chama ironicamente todo este processo de espetáculo.

Há uma operação em curso, contudo a transcender o alcance da zelotes e quaisquer outras. A operação ante Lula, ante Dilma e ante PT, precipitada por um afã destruidor, capaz de atentados a verdade factual e aos valores e princípios democráticos e republicanos (Carta Capital, 30/10/2015).

A revista Carta Capital também fala das acusações em torno do passado de Dilma Rousseff, por ela ter supostamente feito parte da guerrilha quando mais jovem durante a ditadura. Seus opositores querem colocar em xeque a integridade moral de Dilma para justificar o golpe. Diz a revista:

Inquietava alguns dos convivas a perspectiva de ver eleita uma “guerrilheira” de origem búlgara, uma tal de Dilma Rousseff. A conversa produzia um ruído desagradável aos meus ouvidos e lá pelas tantas não me contive e, de lança em riste, proclamei que uma coisa é ser guerrilheira contra uma ditadura e outra é sê-lo contra um Estado de direito” (CARTA CAPITAL, 2015c).

A revista Veja critica a nova matriz econômica de Dilma Rousseff, como sendo o motivo de destruição e descontrole da economia brasileira. Veja, responsabiliza Dilma Rousseff por impor ao país, uma política irresponsável, a qual Veja chama de seita econômica causadora de

uma depressão econômica profunda e uma inflação acima de 10%. Essa mesma revista chega a comparar o governo de Dilma Rousseff, aos governos de 1950, de 65 anos atrás, e de 1974, do general Ernesto Geisel, o qual segundo Veja, quebrou o país. A revista Veja também ironiza a capacidade da Dilma em governar e coloca em dúvida a sua inteligência quando diz que:

Quem teme perder o mandato por causa de “pedaladas” deveria mesmo está preocupado com os efeitos das “atropeladas” da razão, do senso comum, da álgebra, da lógica comezinha e da língua portuguesa. A política econômica de Dilma Rousseff não tinha a menor chance de dar certo, por isso deu errado (VEJA, 2015b).

A revista Veja afirma que quase 70% dos brasileiros estavam torcendo pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e que, em países democráticos, a vontade da maioria costuma prevalecer. Porém, para que o *impeachment* acontecesse, eles precisariam de 342 votos na Câmara, o que não seria uma tarefa fácil. O Deputado Eduardo Cunha, que estava à frente comandando o processo de *impeachment*, foi citado no escândalo internacional de corrupção, o Panamá *Papers*, o que poderia enfraquecer o processo do *impeachment* e dar margem para críticas. Como a revista aponta a seguir:

Faz parecer, como alegam petistas e sequazes, que a corrupção é apenas um pretexto para tirar Dilma do poder. Pior: deu ao governo a chance de alegar, e com razão, que o processo do *impeachment* só foi instalado na Câmara por um ato de vingança de Cunha. Brasília inteira sabe que, de fato, o deputado se revoltou com a recusa do PT em preservar seu pescoço da guilhotina da comissão de ética (VEJA, 2016b).

A revista Carta Capital ressalta uma questão: em que país, dito democrático um governo e seu partido se deixa chantagear por um presidente da Câmara dos deputados enredado em corrupção? Esse é só mais um capítulo de um enredo assustador, nessa democracia invisível com um final trágico. Logo, o Partido dos Trabalhadores se rende a chantagem de Eduardo Cunha, o qual lhe falta senso e compostura diante da gravidade política do Brasil. Por isso, Carta Capital afirma que:

Ora, ora. O *impeachment* era e continua a ser, golpe. Quanto a Cunha, suas mazelas são mais que evidentes. Então, por que o governo cederia a chantagem? Quem se deixa acuar está perdido. Tempo de chantagem, a delação premiada resulta dela também, a partir de prisões preventivas que põe em xeque a presunção da inocência, o indispensável *in dubio pro reo*. Esta é a democracia a brasileira, diariamente chantageada pela mídia nativa (CARTA CAPITAL, 2016f).

Contudo a revista Carta Capital faz uma analogia entre o golpe militar de 1964 e o golpe de 2016. A diferença, segundo a Carta Capital, está entre os executores do passado e os executores do presente. Os dois golpes, o de 1964 e o de 2016, têm em suas essências algo bem peculiar, mas em comum o fato de terem sido tramados no seio da casa-grande, com o apoio da mídia nativa.

Os golpistas acreditavam, e ainda acreditam, que após tomarem o poder, o país num passe de mágica teria um crescimento econômico rápido, com o foco totalmente voltado para educação, saúde, segurança e o restabelecimento da democracia. Os golpistas tentam passar uma ideia de que tudo estava perdido e acabado no país, eles passam uma sensação de desgoverno. E, claro, se apresentam como sendo os salvadores da pátria diante de uma democracia perdida. E, de tanto a mídia bater nessa tecla, acaba por convencer as pessoas de que tudo isso é verdade.

Em 1964, a casa-grande teve de chamar o exército para dar o golpe. Hoje, basta chamar o Cunha. Os fatos que se interpõe entre a derrubada de João Goulart e a atual tentativa de derrubar Dilma Rousseff explicam paradoxalmente a diferença entre os executores do passado e do presente. Ao fim da ditadura, o Brasil pretendeu apresentar-se ao mundo como um país de democracia reencontrada, e ouve quem acreditasse, aqui e lá fora, que era para valer. E é á sombra de um simulacro que se movem as personagens do novo enredo. (CARTA CAPITAL, 2015g).

É nesse sentido que Lowy (2016) ressalta que alguns países da América Latina de democracia crescente sob governos da esquerda, vem sendo cada vez mais alvos de golpes, pelo fato de que a democracia tem incomodado as classes dominantes e impede a implantação das políticas neoliberais dos governos da direita e extrema-direita.

Já a revista Veja fala que, se o vice Michel Temer vier a assumir a cadeira presidencial, ele terá grandes desafios pela frente, a começar pelos obstáculos deixados por Dilma. Não o bastante, Michel Temer é tido como ilegítimo, além do fato de não ser nenhum pouco, popular.

Além da falta de prestígio popular, o vice, se assumir o cargo, terá de vencer as desconfianças de que sua ascensão pode tirar o fôlego da operação lava-jato. Motivadas pela presença um tanto ostensiva de colegas do seu PMDB atingidos pela lama da corrupção, as desconfianças não passam de especulações infundadas. Temer teria ajudado a reduzi-las se tivesse contemplado o assunto no áudio de quatorze minutos que vazou para o público na semana passada, no qual ensaia o primeiro pronunciamento que pretende fazer aos brasileiros caso o *impeachment* seja aprovado na Câmara (VEJA, 2016b).

Percebe-se no trecho acima que a revista Veja praticamente exime o PMDB de qualquer culpa ou envolvimento com a corrupção, que as especulações em torno desse partido não têm fundamento algum. Porém, se fosse com o PT, como já ocorreu em outros momentos, essa mesma revista, teria dado o veredito, a sua sentença final em desfavor do Partido dos Trabalhadores. Por isso, não dá pra negar o posicionamento político de Veja, ela se mostra pró-*impeachment* e tenta fundamentá-lo, o tempo todo, nos discursos da corrupção. A revista Veja está de um lado só, o da direita, e contra o PT.

Ponto crucial é o fato de o vice-presidente Michel Temer ter preparado pronunciamento, antes mesmo do *impeachment* acontecer. Isso demonstra que ele tinha certeza da destituição de Dilma Rousseff. Pode-se especular que ele fazia parte do golpe para tirar, não só Dilma, mas o PT do poder. Fica claro que Temer foi oportunista, não hesitou quando teve a oportunidade. Quietos, na espreita como uma cobra, prontos para dar o bote na hora certa. Por isso, a revista Carta Capital alerta para o golpe que transcenderia o *impeachment*, ao dizer que:

O golpe que por hora afasta Dilma Rousseff figura apenas no começo de uma pauta mais complexa e extensa, muito além da confirmação do *impeachment*. É também do conhecimento do mundo mineral que a mira da casa-grande está alçada na direção de Lula e do PT (CARTA CAPITAL, 2016b).

Diante de tantas evidências da trama golpista, envolvendo inclusive a mídia, a revista Veja demonstra preocupação em sair em sua própria defesa, dizendo que escreve somente a verdade, doa a quem doer, se portando como a defensora do Brasil. “É com orgulho que Veja registra as oscilações. Por operarem em polos opostos, ora a esquerda ora a direita, elas revelam a retidão com que a revista procura cumprir sua missão de vigiar o poder” (VEJA, 2016d).

Percebe-se nesse discurso, que a revista tenta passar uma visão de imparcialidade para os seus leitores. Engana-se quem acredita, pois nos demais editoriais essa mesma revista é bem clara e objetiva em mostrar sua posição ideológica. Durante todo o processo, Veja se posicionou de um lado só, o da direita. Por isso, Veja está sendo irônica quando diz que é os olhos do Brasil:

Enquanto Veja existir, os leitores poderão carregar uma certeza: quem quiser estabelecer no Brasil um governo que sirva de preâmbulo a farsa ou a tragédia, ou ambas, jamais contará com o silêncio de Veja, foi assim no passado e assim será no futuro, qualquer que seja o governo de hora. Por essa razão, Veja não se cansa de repetir que é, e nunca deixará de ser os olhos do Brasil (VEJA, 2016d).

Essa é uma pequena amostra de como a própria revista se vê, ela se vê como isenta, sem nenhuma culpa, não persegue ninguém e está sempre do lado da verdade. Mas é um discurso teatral, pois o que percebemos em quase todos os editoriais é uma parcialidade. Por exemplo, neste trecho a seguir: “pela letra fria da lei, sem margens para interpretações, utilizar-se de dinheiro sujo em campanha eleitoral é fator determinante para a perda de mandato” (VEJA, 2016a). Ao mesmo tempo, Veja se refere de maneira branda a Temer quando diz: “motivadas pela presença um tanto ostensiva de colegas do seu PMDB atingidos pela lama da corrupção, as desconfianças não passam de especulações infundadas” (VEJA, 2016c). Nesse trecho, é o único momento em que Veja fala de outro partido político nos seus editoriais, ainda assim, diz que são só especulações e sem fundamento, evidenciando sua parcialidade.

Já a revista Carta Capital afirma que o golpe tramado na casa-grande, só reforça a incompatibilidade entre Brasil e democracia, pois a elite não respeita o voto popular e ainda atropela a Constituição, com o aval da suprema corte.

Vale citar desde os parlamentares corruptos que se arrogam a julgar a presidenta eleita, para substituí-la por um governo ilegítimo, até juízes da suprema corte que atuam politicamente ao se prestar a declarações sobre assuntos em juízo e se calam diante do assalto a Constituição (CARTA CAPITAL, 2016c).

É por esse e outros motivos que a revista Carta Capital não cansa de denunciar que o golpe praticado contra a nossa frágil democracia, tinha o objetivo de afastar definitivamente o ex-presidente Lula da corrida presidencial de 2018 e destruir o Partido dos Trabalhadores. Contudo, o golpe no Brasil teve uma grande repercussão pelo mundo e, de certa forma, prejudicou a imagem de um país com potencial para investimentos estrangeiro.

Assim, cabem alguns questionamentos: Será que era o golpe o que o povo brasileiro queria? Se queriam a Dilma fora do Planalto, porquê também não destituíram Temer? Porque o golpe, ainda em andamento, pretendia acabar com toda e qualquer forma de resistência da esquerda e perseguir o grande líder do Partido dos Trabalhadores – Lula? “Há toda uma história de golpe, desde aquele que derrubou o imperador, mas esse que nos vítima é o mais autêntico, exposto, clamorosamente direto: a casa-grande o assume sem disfarces, ou seja, sem se esconder atrás de um aparato bélico” (CARTA CAPITAL, 2016e).

É evidente que o povo brasileiro, que é a maioria pobre e de classe média, não era a favor do golpe. Apenas uma parcela da população, que não representa todo o povo brasileiro, adotou o discurso do *impeachment* a partir do que estava sendo trabalhado pela mídia. Pois o golpe, como afirma Nogueira (2016), nasceu e foi crescendo dentro das bases parlamentares

que antes apoiavam o governo. O próprio PMDB, que fazia parte do núcleo de sustentação do governo na Câmara e no Congresso, foi o principal partido político a dar o golpe aliado com outros partidos que instituíram o processo de impedimento contra a presidenta Dilma. Tal afirmativa, responde à pergunta acima citada sobre o porquê que não destituíram o Temer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que alguns gritaram *impeachment* e outros golpe? Essa questão me deixou intrigada, pois não eram unânimes os gritos de *impeachment*, porém, eles tiveram muito mais força, no sentido de terem sido impulsionados pela mídia. Parece até que algumas pessoas que não sabiam o que significava a palavra *impeachment* e o impacto que isso traria para a democracia, mas estavam proferindo-a só porque ouviram na mídia. Por isso, em meio à análise que me propus, fui percebendo que existia uma força contrária à presidenta Dilma e ao seu governo, e consequentemente ao Partido dos Trabalhadores (PT). Tais forças, vinham de determinadas mídias, sendo uma delas a revista Veja, tendo em vista a análise de editoriais nesta pesquisa.

Ao mesmo tempo, parece que a revista Carta Capital estava reagindo às acusações da revista Veja e de outras mídias, enquanto ela denunciava e apontava para a existência de um golpe em andamento contra o governo Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores. Como visto, grande parte dos autores utilizados, defendem a tese de que o que aconteceu em 2016 ao governo Dilma Rousseff, foi sim, um golpe, independente das definições existentes da palavra.

Nos discursos, percebi que, de início, utilizaram-se o pretexto das “pedaladas fiscais” para pedir a destituição da Presidenta Dilma, sendo que, tal prática era usual em governos anteriores, mas que, somente neste, foi considerada crime para justificar o impedimento. Porém, com o passar do tempo, o discurso foi mudando e começaram a falar em corrupção para fortalecer o discurso de que o *impeachment* era necessário, visto que a presidenta Dilma não estava envolvida em escândalos de corrupção. Mas, aconteceu exatamente o contrário, as pessoas que instituíram o processo de destituição contra a presidente, é que estavam enredados de corrupção, e em casos comprovados⁷.

Diariamente, a mídia passou a falar em corrupção e não mais em pedaladas fiscais, o suposto crime cometido pela Presidenta não estava sendo mais vocalizado, ele só existia no documento de abertura do processo de *impeachment* e foi usado como pretexto para tal finalidade. Afinal, na sessão da Câmara que autorizou a abertura do processo, o que presenciamos foram vários parlamentares justificando o seu voto com base na corrupção, sendo que eles eram, os próprios corruptores. Foi um espetáculo de horror em que parlamentares dedicaram seus votos à a família, ao cachorro, à avó, aos filhos e ao torturador de Dilma na época da ditadura militar no Brasil; como uma forma de atingi-la e desestabilizá-la.

⁷ Enquanto estas considerações finais eram escritas, o ex-presidente Michel Temer foi preso preventivamente no âmbito de investigações da operação lava-jato.

O contexto político, transformou o campo democrático em um terreno minado, quase uma área de guerra, onde esquerda e direita não se bicam, são tidas quase como inimigas. A polarização tomou conta da sociedade, grande parte das mídias e das redes sociais foram utilizadas para espalhar notícias falsas. É impossível ter controle sobre esses meios de comunicação e muito menos do que é divulgado por eles. São milhões de usuários no mundo produzindo e divulgando informações o tempo inteiro. Com a ação da mídia nativa e o auxílio da grande mídia, quando se fala a palavra corrupção no Brasil automaticamente as pessoas associam ao PT. Isso acontece, porque a mídia vocalizou muito o discurso da corrupção, sempre associando-a ao Partido dos Trabalhadores, como se o PT fosse o único partido corrupto do Brasil. Essa criminalização, por parte da mídia, manchou pra sempre a imagem desse partido e de seu líder histórico - Lula, ficando gravado na mente das pessoas.

Percebo que a destituição de Dilma Rousseff rompeu com o ciclo democrático que o povo brasileiro vinha lutando para fortalecer, caracterizando o impedimento como golpe. A partir da análise aqui empreendida, vejo que a democracia no Brasil foi seriamente comprometida, pois, com a usurpação do poder por meio de golpe parlamentar-jurídico-midiático, foi imposto aos trabalhadores, aos mais pobres e vulneráveis, uma série de restrições de direitos e um retrocesso muito grande, principalmente no campo das políticas sociais, particularmente nos investimentos em saúde e educação, como citado nesta pesquisa.

Eu, como futura cientista social, sei do compromisso e da grande responsabilidade que terei pela frente na educação no sentido de contribuir para a formação de novos cidadãos, com consciência de classe e politizados. Porém, na minha percepção, enquanto o Brasil estiver sob o governo da extrema-direita conservadora com políticas neoliberais, não consigo vislumbrar mudanças significativas nesse campo. Afinal, chegamos em 2019, decepcionados com os rumos que tomou o país de três anos para cá. Sobretudo, com um presidente eleito em cima de notícias falsas, que nos três primeiros meses de mandato já mostrou a que veio. Por tudo isso, repito: foi golpe. De todo modo, seguimos em luta pelos trabalhadores, pelos índios, pelos negros, pelas mulheres, pelos LGBTQs, pela saúde, pela educação, pela segurança, pela democracia e pelo direito a ter direitos.

REFERÊNCIAS

- A Beleza do impeachment. **Veja**, São Paulo, Dezembro 2015. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 05 dez. 2015. (Editorial).
- A farsa trágica. **Carta Capital**, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- A igreja Arcaica. **Veja**, São Paulo, Dezembro 2015. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 20 dez. 2015. (Editorial).
- ALMEIDA, A. T. S. D.; LIMA, V. T. L. D. S. Dilma Rousseff na Imprensa Brasileira: da reeleição ao processo de impeachment. **ENCONTROS**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2016. ISSN 2447-6196. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/747>>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- BALLESTRIN, L. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 149-164., 2018. ISSN 2317-5338. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824/9146>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BARBÉ, C. Golpe de Estado. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen Varriale. Brasília: UnB, v. I, 2010.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. ISBN 978-85-7018-698-0.
- CHAMEM o Cunha. **Carta Capital**, São Paulo, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 12 dez. 2015. (Editorial).
- COM orgulho os olhos do Brasil. **Veja**, São Paulo, maio 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 18 maio 2019. (Editorial).
- COSTA, G. O desmonte do Estado. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESTA vez não dá. **Carta Capital**, São Paulo, out. 2015. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 06 nov. 2015. (Editorial).

DIEESE. "PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência". Nota Técnica nº 202. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec202MulherPrevidencia.html>> Acesso em 30 mar. de 2019.

EM busca da consciência. **Carta Capital**, São Paulo, set. 2015. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 12 set. 2016.

ETERNO Golpismo. **Carta Capital**, São Paulo, set. 2015. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 22 set. 2015. (Editorial).

FERNANDES, C. A. **Anáise do discurso**: reflexões introdutórias. São Paulo: Clara Luz, 2008.

GOLPISTAS e Usuários. **Carta Capital**, São Pau, nov. 2016. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GOMES, C. Por que o golpe acontece. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUAZINA, L. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 49-64, jul. - dez. 2007. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2469>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

HOEWELL, G.; RODRIGUES, M. **Um golpe por dia; 365 direitos perdidos**. Brasília: Alerta Social, 2017. Disponível em: <http://www.cutbrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2017/05/um_golpe_por_dia.pdf>. Acesso em: 6 set. 2017.

JACOB, F. D. S. Forma e Função: uma análise da configuração do gênero editorial nas revistas Mundo Estranho e Super Interessante. **Littera Online**, Bacanga, n. 12, p. 109-124, 2016. ISSN 2177-8868. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/download/5710/3442>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LOPES, M. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2016.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2016.

MACEDO, F. Moro aceita convite para superministério da justiça de Bolsonaro. Estadão, São Paulo, 01 de nov. de 2018. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-aceita-ministerio/>> Acesso em: 01 nov. de 2019.

MEA-CULPA. **Carta Capital**, São Paulo, out. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 17 out. 2016.

MIGUEL, L. F. A Democracia na Encruzilhada. In: CLETO, M.; DORIA, K.; JINKINGS, I. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: **dilemas de uma democracia em turbulência**. Ponto e vírgula- PUC SP- nº.19 – primeiro semestre de 2016 – p.140- 158.

O Aliado errado. **Veja**, São Paulo, abr. 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 20 maio 2016. (Editorial).

O Brasil perdeu o Senso. **Carta Capital**, São Paulo, out. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 20 out. 2015. (Editorial).

O espírito do Passado. **Carta Capital**, São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 06 nov. 2015. (Editorial).

O homem e a máscara. **Carta Capital**, São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

O patético complô. **Carta Capital**, São Paulo, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

O significado da prisão de Santana. **Veja**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 02 mar. 2016. (Editorial).

QUEM é líder? **Carta Capital**, São Paulo, jul. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

RACHA Intestino. **Carta Capital**, São Paulo, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Avalanche de retrocessos: uma perspectiva feminista negra sobre o impeachment. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, 1º ed. São Paulo, Julho de 2016.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado/* Jessé Souza.- Rio de Janeiro:LeYa, 2016. 144p.

TEMPOS de Chantagem. **Carta Capital**, São Paulo, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

UM desafio e tanto. **Veja**, São Paulo, abr. 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 25 abr. 2016. (Editorial).

UM Futuro em Comum. **Veja**, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 05 set. 2016. (Editorial).

WHAT Happened to Brazil.... Direção: Américo MARTINS. Produção: Kennedy ALENCAR. [S.l.]: K.doc ; BBC World News. 2019.